



LSPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

A RELAÇÃO ENTRE O FUNCIONAMENTO FAMILIAR,
A IDEIAÇÃO SUICIDA E A VIOLÊNCIA
FILIOPARENTAL: UMA REALIDADE ESCONDIDA

ANDREIA SOFIA CANECA VILELA

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

AGRADECIMENTOS

Esta tese de mestrado marca o culminar de um longo percurso académico, foram cinco anos de muito esforço, empenho, dedicação e de pequenas conquistas, mas também de muitas lágrimas e de momentos de maior fragilidade onde surgiam as dúvidas, receios e medos. Chegar até aqui não seria possível sem o apoio e a ajuda de algumas pessoas, a quem deixo os meus sinceros agradecimentos.

Começo por agradecer à Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira, pela partilha de conhecimentos, pelo empenho na orientação, pela disponibilidade e pelas sugestões e ideias.

Às minhas colegas do seminário de dissertação, pela inter-ajuda, pelas sugestões e pela partilha de conhecimentos e inquietações.

À Direcção, aos professores e aos adolescentes das escolas que permitiram a realização da recolha dos dados, pela colaboração e disponibilidade, pois sem estes o presente trabalho não seria possível.

A todos os meus amigos, mas em particular, à Micaela Gonçalves por caminharmos juntas ao longo destes cinco anos, sei que tudo foi mais fácil porque tínhamos o apoio uma da outra. Juntas choramos, rimos, partilhamos inquietações e festejamos conquistas, para além de uma colega de curso levo uma amiga para a vida.

Ao meu namorado, por me apoiar nos bons momentos, mas principalmente nos mais difíceis, por ser o meu confidente, o meu melhor amigo, por ser paciente e compreensivo, por me motivar e fazer acreditar que sou capaz, mas acima de tudo por estar sempre ao meu lado.

Aos meus pais, por serem o meu suporte e o meu refúgio, pelo amor incondicional que me transmitem diariamente e que me dá forças para seguir sempre em frente mesmo perante as adversidades, pela enorme paciência e compreensão, pela disponibilidade, pelo apoio e motivação, mas simplesmente por existirem e por serem os meus pais.

À minha irmã, por todo o apoio e suporte, pela compreensão, por ser uma das minhas maiores motivações e inspirações, pela cumplicidade e por me conseguir transmitir sempre calma e segurança. Espero ser um motivo de orgulho e um exemplo a seguir para ela.

Por último, quero deixar o meu profundo agradecimento aos meus avós, porque sem eles não seria possível estudar no ISPA, por todo o esforço que fizeram para que eu pudesse iniciar a minha formação académica e por me apoiarem incondicionalmente. Não gostaria de terminar, sem fazer referência ao meu avô paterno, que embora já falecido, sempre foi um grande suporte para mim.

RESUMO

Perante o aumento da incidência da violência nos últimos anos, e apesar de esta estar cada vez mais naturalizada aos olhos da sociedade contemporânea, torna-se importante estudarmos a relação entre o funcionamento familiar (coesão, flexibilidade e comunicação), a ideação suicida e a violência filiofamiliar (física e psicológica), procurando assim colmatar a falha existente na literatura no que diz respeito a esta temática. Desta forma, com este trabalho, tentou-se perceber se o facto de os jovens testemunharem violência em casa e consumirem bebidas alcoólicas tinha maior influência nos comportamentos agressivos que estes iriam desenvolver contra os seus progenitores, e ainda se a ideação suicida nos jovens agressores é influenciada pelos níveis de violência.

A amostra do presente estudo é composta por 239 adolescentes, 121 do sexo feminino e 118 do sexo masculino, de escolas da linha de Cascais, com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos. Aos participantes foi pedido que respondessem aos instrumentos: Escala de Coesão e Flexibilidade Familiar (FACES-IV) (Olson, 2011), Questionário de Agressão Parental (Calvete, Gamez-Guadix, Orue *et al.*, 2013) e Questionário de Ideação Suicida (Ferreira & Castela, 1999).

A análise dos resultados demonstrou uma relação linear entre o funcionamento familiar e a violência filiofamiliar, mais recorrentes em relacionamentos familiares com baixos níveis de coesão e de comunicação e níveis elevados de flexibilidade familiar (sistemas familiares desequilibrados). Concluiu-se também que os adolescentes que apresentam maiores níveis de violência apresentam também maior ideação suicida, e que os jovens que testemunham violência em casa, em média, apresentam mais comportamentos violentos contra os seus progenitores.

Palavras-chave: Adolescência, Funcionamento Familiar, Ideação Suicida, Violência Filiofamiliar

ABSTRACT

Regarding the increasing incidence of violence in recent years, and in spite of being more settled in our contemporary society, it becomes important to study the relationship between the family functioning (cohesion, flexibility and communication), suicidal ideation and filio-parental violence (physical and psychological), in order to mend the gap which there is in literature as far as this issue is concerned. Therefore, with this study, we tried to understand whether the young who witness violence at home and consume alcoholic drinks had influence on aggressive behaviours that they would develop against their parents, and even if suicide ideation in young offenders is influenced by the levels of violence.

The sample of this study consists of 239 teenagers, 121 female and 118 male, from schools which belong to the area of Cascais, aged 13 to 20 years. Participants were asked to answer to the instruments: Cohesion and Family Flexibility Scale (FACES-IV) (Olson, 2011), Child-to-Parents Aggression Questionnaire (Calvete, Gamez-Guadix, Orue *et al.*, 2013) and Suicidal Ideation Questionnaire (Ferreira & Castela, 1999).

The results analysis showed a linear relationship between the family relationship and filio-parental violence, which are more frequent in family relationships with low levels of cohesion and communication and high levels of family flexibility (unbalanced family systems). It was also found that teens who have higher levels of violence attitudes have also greater suicidal ideation, and that young people who witness violence at home, on average reveal more violent behaviour against their parents.

Keywords: Adolescence, Family Functioning, Suicidal Ideation, Filio-parental Violence

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. A Família.....	2
1.1. Estrutura Familiar	4
1.2. Funcionamento Familiar	5
1.2.1. <i>Coesão Familiar</i>	6
1.2.2. <i>Flexibilidade Familiar</i>	7
1.2.3. <i>Comunicação Familiar</i>	7
1.3. Adolescência: o adolescente e a família	8
2. A Violência.....	11
2.1. A Violência Filioparental.....	13
2.1.1. <i>Formas de Violência Filioparental</i>	16
2.1.2. <i>Mudanças e Factores que dificultam a relação pais-filhos</i>	17
2.1.3. <i>A Bidireccionalidade da Violência Filioparental</i>	20
2.1.4. <i>Consumo de substâncias psicoativas</i>	22
3. A Ideação Suicida	23
3.1. O Comportamento Suicidário na Adolescência	24
3.2. Factores de Risco e Factores de Protecção	25
4. Objectivos e Hipóteses de Estudo.....	26
MÉTODOS	28
1. Participantes.....	28
2. Instrumentos.....	30
2.1. <i>FACES-IV</i>	30
2.2. Questionário de Agressão Parental (CPAQ)	32
2.3. Questionário de Ideação Suicida (SIQ)	33

3. Procedimento	34
RESULTADOS	36
1. Análise Descritiva	36
1.1. Análise Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo	36
1.2. Análise Descritiva do Questionário de Agressão Parental e do Questionário de Ideação Suicida.....	37
1.3. Análise dos Resultados	38
DISCUSSÃO	46
Violência Filioparental, Testemunhar Violência em Casa e Género dos Jovens Agressores.....	46
Violência Filioparental e Consumo de Álcool.....	48
Violência Filioparental (Física e Psicológica), Ideação Suicida e Funcionamento Familiar (Coesão, Flexibilidade e Comunicação).....	49
Considerações Finais, Limitações e Propostas para Estudos Futuros	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	59
Anexo A: Autorização para as Escolas.....	60
Anexo B: Autorização para os Encarregados de Educação	61
Anexo C: Questionário Preenchido pelos Adolescentes	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fórmulas para Obtenção dos Rácios do Modelo Circumplexo.....	32
Figura 2: Gráfico de Frequências da Violência Psicológica contra a Mãe segundo o Testemunhar Violência em Casa	39
Figura 3: Gráficos de Frequências da Violência Física contra a Mãe segundo o Género e o Testemunhar Violência em Casa	40
Figura 4: Gráfico de Frequências da Violência Psicológica contra o Pai segundo o Testemunhar Violência em Casa	41
Figura 5: Gráfico de Frequências da Violência Física contra o Pai segundo o Género e o Testemunhar Violência	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos Participantes por Idade e por Sexo.....	28
Tabela 2: Distribuição dos participantes por Género e por Testemunharem Violência	29
Tabela 3: Análise de Fidelidade das Subescalas do Instrumento FACES-IV	31
Tabela 4: Análise de Fidelidade das Subescalas do Questionário de Agressão Parental	33
Tabela 5: Análise das Correlações de Pearson entre os Rácios do Modelo Circumplexo	37
Tabela 6: Análise das Correlações entre a Idade e a Violência Filioparental	38
Tabela 7: Estatística Descritiva da Ideação Suicida segundo o Género dos Participantes	38
Tabela 8: Matriz Correlacional entre a Coesão, Flexibilidade e Comunicação Familiar, a Violência Filioparental (Física e Psicológica) e a Ideação Suicida	44

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase muito particular e importante do desenvolvimento humano, que corresponde à transição do estado de criança para a idade adulta, implicando assim grandes mudanças e transformações dentro do próprio sistema, sendo associada aos principais conflitos entre pais e filhos (Elmer & Reicher, 1995). É nesta fase do desenvolvimento humano que surge a violência filiofamiliar, uma realidade bastante actual e frequente, mas ainda muito mantida em segredo devido à vergonha e ao medo que as próprias famílias estabelecem a respeito desta questão. Também os comportamentos suicidários tomam proporções alarmantes, sendo considerada a segunda causa de morte nos adolescentes (OMS, 2002).

Na sociedade actual, somos confrontados diariamente com notícias sobre o aumento da violência familiar, sobre os filhos que agredem, roubam ou matam os seus próprios pais, sobre o aumento da taxa de suicídio nos adolescentes, entre outras. Existem cada vez mais famílias disfuncionais, notando-se assim uma diferença nos comportamentos dos adolescentes e das suas respectivas famílias. Muitas das vezes, são os adolescentes que detêm o controlo em relação aos seus pais e são eles que ditam as regras, traduzindo assim uma alteração nos valores e nos limites parentais. Ouvimos cada vez mais, os pais a dizerem que tem medo dos seus próprios filhos, que se não fizerem o que eles querem vão sofrer consequências, que não conhecem os seus filhos e não percebem a razão da sua conduta violenta.

O presente trabalho, encontra-se estruturado da seguinte forma: na primeira parte foi feito um levantamento teórico referente às principais temáticas, nomeadamente a família e os seus tipos de funcionamento, a adolescência, a violência filiofamiliar e a ideação suicida. Com base na revisão de literatura procuramos perceber as falhas existentes e assim criar as hipóteses de estudo. Na segunda parte, serão explicadas as características dos participantes do presente trabalho e quais as metodologias utilizadas no decorrer do mesmo. A terceira parte corresponde à análise dos resultados obtidos, onde tentaremos responder às hipóteses de investigação colocadas anteriormente. Na quarta parte, iremos procurar interpretar os resultados obtidos e ver qual a sua ligação com a literatura existente, bem como demonstrar as principais conclusões que decorreram do presente trabalho. Por fim, serão salientadas as principais limitações e os pontos fortes deste trabalho.

1. A Família

Ao longo dos tempos, o conceito de família tem vindo a sofrer constantes alterações, sendo portanto uma estrutura que se modifica consoante os contextos sociais, históricos, económicos e demográficos, e que podem ser explicados pelo aumento da instabilidade conjugal, legalização do casamento homossexual, diminuição das taxas de natalidade, aumento do índice de infertilidade, aumento da taxa de desemprego e consequente aumento dos processos migratórios, entre outros factores. Estas constantes alterações no conceito de família, nomeadamente a forma como os elementos da mesma se dispõem e inter-relacionam conduzem ao surgimento de novas concepções de família (*i.e.* reconstituídas, tradicionais, monoparentais, adoptivas, famílias de homossexuais, famílias sem filhos, etc.), como forma de responderem às dificuldades e às novas mentalidades com que a sociedade actual se tem vindo a deparar, o que nos permite afirmar que o conceito de família não é um conceito estável e imutável, uma vez que, este vai evoluindo e se ajustando às mudanças ocorridas na sociedade. Assim sendo, a família é considerada um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas de interacção (*i.e.* contactos corporais, linguagem, comunicação, relações interpessoais) e para vivências de relações afectivas profundas (*i.e.* filiação, fraternidade, sexualidade, etc.), sendo também considerada uma importante e estável base da vida social.

Sampaio e Gameiro (1985, pp. 11-12), definem a *família* como sendo “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificada”, enquanto Andolfi (1981 cit. por Alarcão, 2008) define família como sendo um sistema de interacção, que engloba dentro dela várias componentes individuais, ou seja, a família é considerada um sistema entre sistemas, onde a exploração das relações interpessoais é fundamental para a compreensão dos comportamentos dos diferentes membros da mesma.

Watzlawick, Beavin e Jackson (1993, pp. 109-110) introduziram a noção de *sistema* como sendo “um conjunto de objectos [e das] relações entre os objectos e os atributos’, [sendo que] os objectos são os componentes ou partes do sistema, os atributos são as propriedades dos objectos e as relações dão ‘coesão ao sistema todo’ (...)”, considerando posteriormente a família um sistema, na medida em que, é composta por objectos e respectivos atributos e relações, contém sub-sistemas e é contida por diversos sistemas ligados hierarquicamente, possuindo limites ou fronteiras que a distinguem do seu meio. Desta forma, a família enquanto sistema é vista como um todo, mas ao mesmo tempo como parte de outros sistemas onde as

trocas estabelecidas com o exterior, isto é, ao mesmo tempo que a família é influenciada pelo exterior também ela o vai influenciando, permitem considerar a família um sistema aberto, pois esta encontra-se em constante interacção com o meio envolvente (Alarcão, 2008). Para Relvas (1996), o sistema familiar é, em si mesmo, um sistema vivo, com um processo evolutivo próprio, em que é possível verificar a existência de um ciclo vital amplamente partilhado pelas famílias tradicionais ocidentais que se inicia com a união de dois elementos, que vão constituir uma nova família, etapa essa que é seguida pelo nascimento, educação e crescimento dos filhos até que estes atinjam a adolescência e saiam de casa dos seus pais, o que marca a etapa seguinte do desenvolvimento familiar.

A família é a primeira estrutura social de acolhimento (Aroca-Montolío, Leonhardt & Robles, 2012) que corresponde ao grupo de indivíduos que estão ligados por vínculos afectivos, quer de consanguinidade quer de conveniência, mas também por trocas de experiências, vivências, emoções e afectos que permitem o desenvolvimento do padrão de interacções entre todos os membros que nela são intervenientes, constituindo assim o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos, onde são transmitidos valores, costumes e tradições que irão contribuir para a formação da personalidade dos indivíduos. A família proporciona a definição de papéis, em que as crianças percebem que existem pais, mães e filhos, e que há diferenças entre estes papéis, no entanto, os papéis familiares são algo flexíveis, devido à interacção e trocas recíprocas, uma vez que, dentro da família existem membros que desempenham diferentes papéis/funções. Também as interacções que se vão estabelecendo entre a própria família ao longo do seu ciclo de vida e que vão ficando padronizadas devido a essas mesmas funções e papéis permitem manter a estabilidade da família face a períodos de crise e fazer uma antevisão das respostas perante um determinado acontecimento, oferecendo-lhe assim alguma segurança (Alarcão, 2008; Minuchin, 1988). Assim, as interacções que se desenvolvem entre os vários elementos de uma família organizam-se em repetitivas sequências – que Minuchin (1979) designa por padrões transaccionais – de trocas verbais e não-verbais que se vão construindo e estabelecendo no dia-a-dia da família, como resultado de adaptações recíprocas, quer implícitas quer explícitas, entre os seus elementos.

De acordo com Lévi-Strauss (s.d. cit. por Osório, 1996), dentro da família enquanto unidade básica, há três tipos relacionais, que correspondem à percepção das diferenças entre os papéis – *aliança*, que designa as relações entre o casal, a *filiação*, que designa as relações entre as figuras parentais e os filhos, e a *consanguinidade*, que designa as relações entre irmãos.

1.1. Estrutura Familiar

Minuchin (1988) define a estrutura familiar como sendo um conjunto de exigências e necessidades funcionais organizadoras da interação entre os membros da família, na medida em que cada sistema familiar desenvolve um estilo particular de transações interpessoais, isto é, um sistema é assim capaz de permanecer estável e oferecer alguma resistência à mudança, tal como também está sujeito a situações que lhe possam originar desequilíbrios, sendo que estes podem transformar-se em conflitos, cabendo assim à estrutura familiar conseguir ou não adaptar-se de forma a dar respostas às novas circunstâncias, sem se desorganizar.

Desta forma, a definição de limites e/ou fronteiras no sistema familiar é de extrema importância, uma vez que, os mesmos indivíduos podem pertencer simultaneamente a diferentes sub-sistemas e a estrutura familiar pode variar, de forma adaptativa ao longo do ciclo de vida da família. Assim sendo, os limites permitem regular a passagem de informação entre os diversos sub-sistemas, mas também entre a família e o meio e ainda proteger a diferenciação dos sistemas e dos seus membros, enquanto as regras definem e estabelecem quem participa em determinado sub-sistema e a sua função dentro do mesmo (Alarcão, 2008). Minuchin (1979) definiu assim três tipos de limites, os *limites claros* que permitem a delimitação do espaço e das funções dos diferentes sub-sistemas sem cingir a troca entre os mesmos, os *limites difusos* que se caracterizam por uma excessiva permeabilidade que ameaça a diferenciação entre os sub-sistemas, e os *limites rígidos* que dificultam e comprometem as trocas intrafamiliares, nomeadamente a comunicação e a compreensão.

A diferenciação e a permeabilidade dos limites permite estabelecer a distinção entre as *famílias emaranhadas* (limites difusos), caracterizadas por se fecharem muito sobre si mesmas, por terem papéis/fronteiras rígidas, por promoverem um nível exagerado de trocas e preocupações entre os diferentes elementos e ainda por dificuldades ao nível do processo de separação-indivuação, sendo capazes de responder a qualquer alteração com rapidez e intensidade, e as *famílias desmembradas* (limites rígidos), caracterizadas por estabelecerem fronteiras extremamente rígidas no seu interior e difusas no exterior, pela individualidade dos seus membros, por papéis parentais instáveis, por difíceis trocas entre os sub-sistemas e por diminuídas funções de protecção da própria família, havendo alguma dificuldade em responder a alterações e situações fora do habitual. Apesar desta distinção, é possível encontrar períodos de maior ou menor emaranhamento e/ou desmembramento, adaptados à fase em que a família se encontra, tal como podem existir diferentes tipos de limites na mesma família entre os vários sub-sistemas (Alarcão, 2008). De uma forma geral, uma família é um conjunto de elementos

em relação, em que é importante os membros da mesma não se encontrarem nem demasiado fundidos uns nos outros, nem demasiado dispersos, pois só assim garantem a sua individualização e socialização (Sampaio & Gameiro, 2005).

1.2. Funcionamento Familiar

O *Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares* (Olson, 2000) foi desenvolvido numa tentativa de reduzir a distância tipicamente existente entre a pesquisa, a teoria e a prática e ainda como uma resposta à necessidade de se explorarem múltiplas variáveis familiares, integrando uma perspectiva sistémica. Este modelo é particularmente útil no “diagnóstico relacional” dos sistemas conjugais e familiares, uma vez que, é centrado no sistema relacional e integra três dimensões que têm sido repetidamente consideradas altamente relevantes para a compreensão do funcionamento familiar, segundo uma variedade de modelos, teorias e abordagens familiares. O Modelo Circumplexo tem assim como principal objectivo abordar e analisar o funcionamento familiar, tendo sido apontadas como aspectos centrais na compreensão do mesmo, a coesão e a flexibilidade, sendo também possível olhar para a comunicação familiar. Estas dimensões permitem ao mesmo tempo a compreensão do funcionamento familiar desde os sistemas familiares desequilibrados aos sistemas familiares equilibrados (Olson, Russell & Sprenkle, 1989; Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003; Olson, 2011).

O Modelo Circumplexo permite ainda caracterizar e compreender os diferentes tipos de família, bem como as relações entre os seus próprios membros, surgindo assim seis tipos de famílias: *a) equilibradas*, em que o seu funcionamento é considerado normativo, havendo uma fácil adaptação quando confrontadas com momentos de crise; *b) rigidamente equilibradas*, que normalmente possuem um comportamento adaptado devido à grande proximidade entre os elementos da família, no entanto, perante a sua rigidez demonstram também algumas dificuldades em se adaptarem às alterações; *c) médias*, que apresentam níveis equilibrados de força e protecção, bem como um equilíbrio no que diz respeito aos factores de risco, sendo portanto, consideradas famílias funcionais; *d) flexivelmente desequilibradas*, que apresentam um tipo de funcionamento mais problemático devido aos elevados níveis de flexibilidade e à dificuldade em modificar determinados padrões de comportamentos considerados problemáticos; *e) caoticamente desligadas*, consideradas problemáticas devido às falhas que ocorrem ao nível da proximidade emocional e da flexibilidade; e por fim, *f) desequilibradas*, que são exactamente o oposto das famílias equilibradas, demonstrando elevados problemas no

que toca ao seu funcionamento (Olson & Gorall, 2003). Assim sendo, a hipótese central do Modelo Circumplexo, designada por hipótese curvilínea, pressupõe que relacionamentos familiares equilibrados conduzem a um funcionamento familiar saudável, enquanto os relacionamentos familiares desequilibrados estão associados a funcionamentos familiares mais problemáticos e disfuncionais (Olson, 2011).

1.2.1. Coesão Familiar

A *Coesão* é uma dimensão do Modelo Circumplexo que corresponde ao estilo de interacção preferencial que pode variar dentro da própria família e ao longo do tempo, tendo uma grande influência na estabilidade e organização familiar, assim como na construção dos diferentes tipos de família, permitindo compreender a forma como as próprias famílias se organizam entre dois extremos, desde a total separação até à união extrema. A coesão familiar pode assim ser definida como a ligação e/ou vínculo emocional estabelecido entre os diversos elementos de uma família, e que pode ser influenciada por factores como o grupo de pares, as tomadas de decisão, a ligação emocional, as coligações e as barreiras familiares e sociais, o tempo e o espaço (Minuchin, 1988; Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003; Alarcão, 2008).

Olson e Gorall (2003) estabeleceram cinco tipos de coesão familiar, que permitem verificar a capacidade das famílias para gerarem respostas mais adequadas perante os diferentes estímulos e as mudanças a que estão sujeitos, sendo eles: *a) desligada*, quando o nível de coesão familiar é extremamente baixo, isto é, quando os elementos de uma família se envolvem pouco ou nada na vida uns dos outros, havendo uma grande independência entre os mesmos e uma separação ao nível emocional e pessoal; *b) um pouco ligada*, quando a coesão oscila entre o baixo e o moderado, isto é, é induzida uma certa separação emocional entre os elementos da família, havendo ao mesmo tempo espaço para tomadas de decisão em conjunto com os diversos elementos da família; *c) ligada*, quando os níveis de coesão são moderados, o que torna as famílias mais equilibradas ao nível da ligação entre os elementos e ao nível da separação psicológica, tal como permite uma maior independência e funcionalidade dos elementos; *d) muito ligada*, quando a coesão oscila entre o moderado e o alto, o que indica uma grande proximidade emocional e dependência entre os elementos da família; e por fim, *e) emaranhada/aglutinada*, quando os níveis de coesão são muito elevados, havendo uma excessiva proximidade emocional e dependência entre os elementos. Desta forma, há três níveis equilibrados de coesão (um pouco ligada, ligada e muito ligada) que estão hipoteticamente associados a funcionamentos familiares saudáveis e dois níveis desequilibrados (desligada e emaranhada/aglutinada), considerados extremos e assimétricos, que são vistos como uma

problemática para o desenvolvimento dos elementos de uma família ao longo do tempo. No entanto, apesar de haverem níveis de coesão familiar mais ou menos funcionais, é importante frisar que não existe nenhum grau de coesão perfeito (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003; Olson 2011).

1.2.2. Flexibilidade Familiar

A *Flexibilidade* é outra dimensão do Modelo Circumplexo que consiste na forma como o sistema familiar oscila entre a estabilidade e a mudança, tendo em conta os papéis que cada indivíduo desempenha na sua família, as regras estabelecidas, a organização e negociações feitas dentro do sistema. Foram assim estabelecidos cinco níveis de flexibilidade: *a) rígida*, quando os níveis de flexibilidade são extremamente baixos, onde há pelo menos um indivíduo que é extremamente controlador e por onde passam as decisões familiares, sendo as negociações bastante limitadas; *b) um pouco flexíveis*, quando a flexibilidade é baixa a moderada, havendo uma liderança com características mais democráticas onde os pais incluem os filhos nas negociações das regras, embora estas permaneçam algo rígidas; *c) flexíveis*, quando os níveis de flexibilidade são moderados, havendo assim um equilíbrio na liderança e uma certa facilidade no que diz respeito à alteração de regras e a mudanças que possam causar situações de *stress*; *d) muito flexíveis*, quando a flexibilidade é moderada a elevada, existindo uma grande oscilação ao nível da liderança entre os diversos elementos e uma grande mudança no que toca às regras; e por fim, *e) caótica*, quando os níveis de flexibilidade são extremamente elevados e a liderança por parte dos membros é limitada e não coerente, onde as decisões são tomadas com impulsividade sendo como tal, muito difícil distinguir os papéis de cada indivíduo dentro do sistema familiar. Tal como acontece com a coesão, há três níveis centrais e equilibrados de flexibilidade (um pouco flexíveis, flexíveis e muito flexíveis) que são mais propícios para um bom funcionamento conjugal e familiar e dois níveis extremos e desequilibrados (rígidas e caóticas), que são vistos como problemáticos para o desenvolvimento das famílias ao longo do ciclo de vida. Não existe assim nenhum nível absoluto de melhor flexibilidade familiar, pois os diferentes eventos do ciclo de vida familiar podem requerer diferentes estilos de relacionamentos entre os elementos da família (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003; Olson, 2011).

1.2.3. Comunicação Familiar

A *Comunicação* é a última dimensão do Modelo Circumplexo, e é considerada uma dimensão facilitadora do funcionamento familiar, como tal não é graficamente incluída no

modelo juntamente com as dimensões anteriores. Esta é assim entendida como um processo social que integra múltiplos modos de comportamento (*i.e.* palavra, gesto, mímica, o olhar), onde as mensagens só têm sentido quando o contexto em que estas ocorrem é percebido (Alarcão, 2008), podendo assim influenciar quer os níveis de coesão, quer os níveis de flexibilidade. A comunicação não acontece apenas quando é intencional, consciente ou bem-sucedida, uma vez que, todo o comportamento, incluindo o silêncio, é considerado comunicação, mesmo que não seja desejado ou consciente.

Segundo Alarcão (2008), a comunicação humana é constituída por sinais verbais, corporais e comportamentais, e pode ser estudada segundo três dimensões diferentes: a *sintaxe*, que tem como objectivo a transmissão de informações e que se centra, essencialmente, nos problemas de codificação, nos canais de transmissão e na recepção da mensagem; a *semântica*, que se preocupa com o sentido e/ou significado da mensagem e com a forma como esse significado é produzido e compreendido; e a *pragmática*, que se centra nos efeitos da comunicação no comportamento.

Na família, a comunicação pode ser medida através das suas capacidades de fala, escrita, partilha de sentimentos individuais e colectivos, respeito, aspectos mais afectivos da própria comunicação, entre outros. Assim sendo, quanto maior for a qualidade da comunicação estabelecida entre os elementos da família, maior será a facilidade em alterar os níveis de coesão e flexibilidade familiar, de modo a que estas sejam capazes de se adaptarem às exigências e às mudanças ocorridas ao longo do ciclo de vida familiar (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003).

1.3. Adolescência: o adolescente e a família

A *adolescência* é um período de desenvolvimento muito importante, não só na vida do próprio adolescente como também no ciclo vital de toda a família, que corresponde à transição do estado de criança para a idade adulta e onde há a acomodação de ideias e relações sociais estabelecidas anteriormente, situando-se entre os 11/12 e os 17/18 anos de idade (Gammer & Cabié, 1999; Sampaio, 2006; Gouveia-Pereira, 2008). A entrada na adolescência está associada ao aparecimento de acontecimentos biológicos que caracterizam a puberdade, enquanto o seu final está associado à conclusão da aquisição de valores e da formação da identidade que caracterizam a idade adulta, no entanto, o final da adolescência ainda é muito difícil de determinar, pois não há um verdadeiro consenso entre os diversos autores (Sampaio, 1994; Gammer & Cabié, 1999).

Como já referido anteriormente, diversos autores procuraram estudar a adolescência, por exemplo, Freud (1996) descreveu a adolescência como sendo um período de grande influência dos mecanismos psíquicos que emergem do conflito edipiano até então serenado durante a fase de latência, o que destaca a relação entre as experiências vividas durante a infância e a construção da personalidade, enquanto para Erikson (1972) a adolescência era vista como uma crise centrada no conflito de identidade, uma vez que, o adolescente assume uma diversidade de papéis como forma de resolver este mesmo conflito.

O adolescente e a sua família nunca se encontram verdadeiramente preparados para a adolescência, uma vez que, esta é considerada a mais longa, complexa e difícil etapa do ciclo de vida familiar, que obriga a grandes mudanças, conflitos e transformações de papéis dentro do sistema em que todos os membros do mesmo se tornam, de alguma forma, uma novidade para os restantes (Alarcão, 2008; Marco, 2013), sendo portanto muitas vezes associada a uma potencial ruptura dos valores sociais por parte dos adolescentes (Emler & Reicher, 1995). Desta forma, logo no início da adolescência os pais devem delimitar novas fronteiras entre a autoridade parental e a crescente necessidade de autonomia e independência dos filhos, para evitar que a família esteja em constante tensão e conflito (Gammer & Cabié, 1999; Sampaio, 2006; Edenborough *et al.*, 2008; Pagani *et al.*, 2009 cit. por Coogan, 2011).

A adolescência realça a dimensão tumultuosa e conturbada da sua existência, as frequentes variações de humor, a tendência para o agir, as quebras escolares, as somatizações, a energia inesgotável, os radicalismos e preocupações, o desejo de independência, a atracção pelo risco, entre muitos outros aspectos, que exigem um equilíbrio permanente entre as exigências do próprio sistema familiar, mas também as exigências e ambições de cada membro em particular. É nesta etapa que surgem as grandes dificuldades em estabelecer a comunicação entre os membros do sistema, bem como os principais conflitos, essencialmente entre pais e filhos, uma vez que, como já mencionado anteriormente se encontram numa etapa de grandes mudanças e transformações, havendo uma constante procura por parte do adolescente em se tornar autónomo, em construir a sua própria identidade e em se diferenciar e deixar de ser tão dependente dos seus pais – há um aumento natural e gradual da tensão entre todos os membros do sistema familiar (Sampaio, 2006; Alarcão, 2008; Gouveia-Pereira, 2008).

Esta etapa do ciclo de vida familiar é também marcada pelo elevado e importante peso das regras, pois se forem claras, coerentes e flexíveis contribuem não só para o equilíbrio e para a estabilidade da família, como também do próprio adolescente no seu desenvolvimento

emocional. Por outro lado, se estas não forem claras, coerentes e flexíveis, há o risco de os pais caírem na extrema rigidez ou na extrema flexibilidade. Muitos pais, mesmo antes de os seus filhos entrarem na adolescência, têm um conjunto de imagens e/ou fantasias negativas quanto à adolescência dos filhos (*i.e.* violência, alcoolismo, abandono escolar), e é nestes casos que pode surgir a extrema rigidez nas regras, pois os pais para resolverem os seus medos e ansiedades ou para prevenirem futuras más escolhas dos filhos, procuram controlar o mais possível os comportamentos dos mesmos, cobrindo-os de proibições e imposições quanto ao que podem ou não fazer e às relações que podem ou não estabelecer. No entanto, esta situação conduz a uma maior probabilidade de a comunicação familiar se tornar disfuncional, dificulta o processo de separação-indivuação e a autonomia emocional e afectiva não é verdadeiramente alcançada. Já os pais que se tornam demasiado condescendentes e flexíveis, e que definem poucas ou nenhuma regras, muitas vezes com medo que os filhos adoptem comportamentos mais contestatórios e provocadores, podem levar a que o adolescente se sinta abandonado ou que os pais estão desligados da sua vida e dos seus interesses (Alarcão, 2008).

Durante a adolescência, a gestão da relação pais-filhos é encarada como um grande desafio para todos os envolvidos, na medida em que, há uma gradual separação e autonomia do adolescente em relação ao seu sistema familiar, nomeadamente os pais, que envolve uma amplificação das negociações e uma maior flexibilização, com coerência, das regras familiares. Este processo poderá ser mais ou menos demorado, conforme o tipo de relação que o adolescente tem com a família e vice-versa, e caracteriza-se pelas alterações que ocorrem ao nível de vários domínios e que podem gerar tensão na família, nomeadamente ao nível do domínio *a) comportamental*, onde há um gradual afastamento do adolescente em relação aos pais, notório por exemplo, no tempo reduzido que estes dispensam para os pais e no menor número de tarefas e actividades realizadas conjuntamente; *b) cognitivo*, onde o adolescente começa a querer diferenciar-se das opiniões dos pais, a ter os seus próprios pontos de vista e compete aos pais escutarem e discutirem as opiniões dos filhos; e *c) afectos*, onde o adolescente passa a procurar mais os afectos junto do seu grupo de pares, iniciando muitas vezes nesta etapa a sua vida amorosa, fazendo assim a separação em relação ao afecto da família (Alarcão, 2008).

A relação pais-filhos deverá assim ser reajustada ao longo do tempo, deve haver uma aprendizagem feita pelos filhos e pelos pais durante a adolescência, de forma a facilitar o desenvolvimento saudável do adolescente e manter a pacificidade e o equilíbrio na relação de ambos. Os pais sentem-se menos procurados e solicitados pelos filhos, mais sozinhos, sentem que perdem alguma autoridade e que controlam cada vez menos os seus filhos, levando a que

durante esta transformação estes tenham que reaprender a ser pais de filhos adolescentes que se vão transformar também eles em adultos. Nesta relação é ainda muito importante a questão da gestão do poder, uma vez que, nenhum deve reclamar o poder do outro, por exemplo, enquanto os pais têm medo de perder o seu poder perante os filhos, os adolescentes procuram alcançar o seu próprio poder, através da experimentação de diferentes papéis e limites – conflito de gerações. De modo a existir um equilíbrio nesta “luta de poderes”, é necessário que os pais saibam estabelecer e impor limites de forma coerente e justa mas ao mesmo tempo flexível, para que haja uma negociação entre ambas as partes (Alarcão, 2008).

É também durante esta fase que o grupo de pares ganha uma grande importância na vida do adolescente, funcionando como uma espécie de suporte na contenção das angústias uns dos outros, na experimentação de novos papéis, no jogo de identificação e partilha de segredos e experiências, na vivência de determinados afectos, no desenvolvimento de atitudes, ideias e valores e por funcionar como uma base ao nível da socialização. Quando o adolescente já tem uma maior autonomia e independência da família, surge uma nova situação que poderá ser causadora de *stress* no sistema familiar, pois implica uma reorganização da vida conjugal e uma readaptação dos hábitos relacionais, uma vez que, os pais passam a ter uma maior disponibilidade para eles (Sampaio, 2006; Alarcão, 2008). O contexto familiar tem assim um elevado grau de influência sobre o adolescente e aspectos do funcionamento familiar, pois a família desempenha um papel central no desenvolvimento de comportamentos desajustados e/ou problemáticos (Baezconde-Garbanati *et al.*, 2010).

2. A Violência

Ao longo dos anos, a *violência* tornou-se uma das temáticas centrais da saúde pública por causa da sua magnitude e das conseqüentes repercussões no comprometimento da saúde e da qualidade de vida das pessoas (Pesce, 2009), sendo considerada, portanto, uma questão social muito grave e complexa com diversos prejuízos físicos e psicológicos, mas também com importantes implicações socioeconómicas não só para as vítimas como também para as suas famílias e sociedade em geral (Magalhães, 2010).

A *violência* é assim definida pela Organização Mundial de Saúde (2002) como o “uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaças, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão,

morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”, sendo que esta definição compreende tanto a violência interpessoal como o comportamento suicida e os conflitos armados, entendendo-se por dano qualquer tipo e grau de ataque à integridade do outro (Alarcão, 2008). Também Cantera (2007 cit. por Schmidt *et al.*, 2011) definiu a violência como sendo toda a acção física e simbólica de carácter hostil que se caracteriza como um fenómeno complexo e polissémico, podendo ser expressa de forma activa (*i.e.* violência física, sexual ou psicológica) ou passiva (*i.e.* negligência e abandono). A violência pode ainda ser directa ou indirecta, uma vez que, os conflitos familiares têm uma grande influência nas manifestações de condutas agressivas na adolescência (Villar Torres *et al.*, 2003; Patró Hernández & Limiñana Gras, 2005; Montero Gómez, 2006; Haugaard & Feerick, 2002; Herrenkohl & Herrenkohl, 2007 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012), bem como a transmissão inter-geracional do mau trato (Montero Gómez, 2006), sendo que no caso da violência indirecta a relação com os pais pode provocar ansiedade nos filhos (Pons Salvador & Barrio, 1995).

A incidência da violência tem aumentado muito nos últimos anos, e apesar de estar cada vez mais naturalizada aos olhos da sociedade contemporânea, continua a gerar graves repercussões e a afectar a sociedade como um todo, grupos, famílias e o indivíduo de forma isolada (Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004). A OMS (2002) apresenta uma classificação da violência que a divide em três categorias gerais, tendo em conta a sua tipologia como: *violência auto-inflingida*, que compreende o comportamento suicida e auto-lesões, *violência interpessoal*, que pode ser intrafamiliar ou comunitária, e *violência colectiva* que pode ser social, política e económica.

Desta forma, a violência abrange múltiplas formas que atingem cônjuges ou companheiros, idosos e até mesmo filhos, podendo tratar-se de *violência física*, que ocorre quando alguém causa ou tenta causar danos por meio da força física, arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou mesmo ambas (*i.e.* cortes, empurrões, queimaduras, estrangulamento); *violência psicológica*, que inclui toda a acção e omissão que causa danos à auto-estima, identidade e desenvolvimento da pessoa (*i.e.* insultos, humilhações, chantagem, exploração); *negligência* que se traduz na omissão da responsabilidade de um ou mais membros da família em relação ao outro; e a *violência sexual*, que se traduz na acção de uma pessoa, que em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais (*i.e.* carícias, masturbação, exibicionismo, penetração oral, vaginal ou anal com o pénis ou objectos de forma forçada) utilizando a força física, influência psicológica e/ou uso de armas ou drogas (Alves, 2005; Alarcão, 2008).

2.1. A Violência Filioparental

A família é vista como um local de realização afectiva, compreensão recíproca e de segurança, talvez devido às suas características de intimidade, privacidade e crescente isolamento, no entanto, tende a tornar-se cada vez mais um sistema conflituoso (Corsi, 1995), sendo portanto cada vez mais, considerada um foco de violência, onde a prevalência dos seus delitos se tem acentuado nos últimos anos, mas isso não significa que no passado a sua incidência tenha sido necessariamente menor, apenas não se denunciavam tanto esses crimes como na actualidade, uma vez que, a violência pode ocorrer em todas as estruturas familiares. A violência familiar ocorre assim por meio de uma acção ou omissão prejudicial à integridade física, psicológica, à liberdade, ao bem-estar e ao direito de desenvolvimento pleno de um membro do núcleo familiar, incluindo ou não laços consanguíneos (Narvaz & Koller, 2006), podendo ser entendida como um dos factores com maior repercussão na estabilidade emocional e desenvolvimento futuro do adolescente (Justicia *et al.*, 2006 cit. por Moreira, 2014; Patró Hernández & Limiñana Gras, 2005; Montero Gómez, 2006; Villar Torres *et al.*, 2003), bem como no desencadear da violência filioparental.

A *violência filioparental* corresponde assim a uma forma de violência familiar que embora constitua uma realidade actual e frequente (Ibabe *et al.*, 2007; Ibabe & Jaureguizar, 2011; Calvete, Orue & Sampedro, 2013; Romero, Melero, Cánovas & Antolín, 2005 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012), ainda se lhe tem prestado pouca atenção nas investigações realizadas ao longo dos últimos anos, muito por causa do secretismo e vergonha que as próprias famílias estabelecem a respeito desta questão (Ibabe & Jaureguizar, 2011; Gámez-Guadix & Calvete, 2012), sendo que esta ocorre quando o agressor é uma criança ou um adolescente, que não ultrapassa os 18 anos de idade e que depende inteiramente das suas vítimas (Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Coogan, 2011).

Assim sendo, a *violência filioparental* é entendida como qualquer acto agressivo perpetuado por parte dos filhos de forma intencional e consciente, que provoque medo ou intimidação para obter poder, controlo e domínio sobre as suas vítimas, com o objectivo imediato de causar danos, prejuízo e sofrimento físico, psicológico e financeiro/económico aos seus progenitores (Ibabe *et al.*, 2007; Ibabe & Jaureguizar, 2011; Ibabe, Jaureguizar & Bentler, 2013; Paterson, Luntz, Perlesz & Cotton, 2002 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Coogan, 2011; Marco, 2013; Moreira, 2014). Nesta forma de violência as vítimas são aquelas pessoas que deveriam ser uma fonte de protecção para os filhos, mas contrariamente são aqueles que precisam de ser protegidos, uma vez que, são os filhos que detém o controlo e o poder em relação aos seus pais (Paterson *et al.*, 2002 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011; Eckstein, 2004;

Rechea, Fernández & Cuervo, 2008; cit. por Aroca-Montolío, 2013; Ulman & Straus, 2003), sendo as vítimas obrigadas por lei a conviver com os agressores, até que estes atinjam a maioridade (Aroca-Montolío *et al.*, 2014).

Na *violência filio-parental* também estão incluídos os adolescentes que procuram defender-se dos ataques, reagindo ao serem abusados física e/ou sexualmente, de forma ultrajante, quando a violência é exercida como uma forma de protecção contra outro membro da família que está a ser atacado e ainda quando se tratam de casos de “retaliação”, em que as crianças que sofrem abusos na infância ou que foram objecto de negligência e abandono, procuram retornar esse abuso quando os papéis se invertem e são eles a cuidar dos seus pais (Tercero & Menna, 2009).

De acordo com Aroca-Montolío (2013) a *violência filio-parental* traduz-se num ciclo de violência um pouco coercivo, essencialmente, caracterizado pela falta ou pelo excesso de limites parentais, onde o modo de operação se situa no binómio agressor-vítima e submissão-hostilidade, em que os progenitores são constantemente maltratados pelos seus filhos. A relação entre pais e filhos funciona como um processo de acção-reacção onde a submissão parental é usada pelos próprios progenitores como uma forma de conseguirem um clima familiar pacífico e menos conflituoso, provocando conseqüentemente a implementação das exigências por parte dos filhos (Aroca-Montolío, 2013; Coogan, 2011), no entanto, é possível que certos progenitores devolvam a hostilidade e a dureza aos filhos, havendo assim uma constante luta entre pais e filhos. Quanto mais extremo e violento for o comportamento dos filhos, mais os pais estão dispostos a fazer cedências para “comprarem” a sua tranquilidade familiar, habituando assim os seus filhos a conseguirem tudo o que querem através da força e da submissão dos progenitores (Aroca-Montolío *et al.*, 2014).

Omer (2004) defende que a *violência filio-parental* assenta num conjunto de características do comportamento bem definidas que se traduzem num padrão de conduta que se manifesta pela falta de limites, por explosões incontroladas e pela crescente tendência para extremos, onde a maioria das crianças e adolescentes sentem uma profunda aversão à supervisão e orientação dos seus progenitores. Assim, quando os pais aplicam reprimendas e castigos aos seus filhos, estes tendem a responder através da implementação de intensas e frequentes condutas violentas, sendo que muitas das vezes, o ataque dos filhos contra os seus progenitores ocorre quando não há um acordo e um consenso entre pais e filhos, na medida em que os pais fazem ou dizem algo que perturba o jovem agressor, como por exemplo, impor limites, dar uma reprimenda por algum excesso cometido, castigar por um mau comportamento, entre outros (Harbin & Madden, 1979 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014).

Segundo Widom (1989) o “*ciclo de violência*” é entendido como um fenómeno de transmissão transgeracional da própria violência, violência essa que é aprendida em contexto de socialização da própria família e que pode influenciar os filhos a exercerem-na contra as outras pessoas e não somente contra os seus progenitores (Straus, Gelles & Steinmetz, 1980 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012), defendendo também que diversas formas de violência são aprendidas em contexto familiar. Desta forma, as crianças que observam ou são testemunhas de condutas agressivas nas suas casas, bem como aquelas que as sofrem de uma forma directa correm o risco de se comportar no futuro da mesma forma, isto é, de actuar com violência sobre os seus próprios progenitores, filhos e/ou parceiros (Kwong, Bartholomew, Henderson & Trinke, 2003 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Gómez & Paúl, 2003; Coogan, 2011; Ibabe, Jaureguizar & Díaz, 2007).

Quando os progenitores utilizam reprimendas, ameaças e castigos, os filhos respondem incrementando a sua conduta violenta com maior intensidade e frequência, o que leva os pais a optar pela persuasão, aceitação e compreensão do filho, mas é importante frisar que as reacções dos pais estão condicionadas pelos comportamentos abusivos dos filhos o que pode interferir na sua capacidade de enfrentar os problemas de modo competente. A aprendizagem social implica assim que as crianças aprendam diversas formas de violência, física e psicológica, que acabam por ser semelhantes às cometidas pelos progenitores. Assim sendo, tanto as vítimas como os agressores veem-se imersos num ciclo de violência recíproca difícil de interromper que provoca danos graves e severos nos pais e nas mães, uma vez que, estes procuram impor a sua autoridade mediante a força ou procuram devolver a agressividade da mesma maneira aos seus filhos (*i.e.* ameaçando, insultando, utilizando a força física) – violência parental reactiva. Os filhos agressores parecem ser insensíveis ao sofrimento parental, mostrando pouca ou nenhuma empatia pelos pais, sendo como tal incapazes de admitir as suas culpas e responsabilidades, o que permite afirmar que são crianças e adolescentes com uma inteligência emocional pouco desenvolvida e com graves problemas de raciocínio moral (Aroca-Montolío *et al.*, 2014).

Em suma, as pesquisas relacionadas com a violência filioparental indicam que a maioria dos agressores são jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos e que atacam, principalmente as suas mães em famílias monoparentais (Agnew & Huguley 1989; Ibabe & Jaureguizar 2010; Kethineni, 2004; Paulson *et al.*, 1990; Browne & Hamilton 1998 cit. por Kennedy *et al.*, 2010; Walsh & Krienert 2007).

2.1.1. Formas de Violência Filioparental

Na *violência filioparental*, os filhos podem utilizar três tipos de violência ou abuso contra os seus pais, nomeadamente a *violência psicológica, física e económica*. A *violência ou abuso psicológico* inclui a violência verbal e emocional e corresponde a um acto de natureza intencional caracterizado pela ausência ou falha, persistente ou significativa, activa ou passiva, de suporte afectivo e de reconhecimento das necessidades emocionais das vítimas (Magalhães, 2010), isto é, trata-se de uma forma de violência que atenta contra os sentimentos e necessidades afectivas de uma pessoa, causando-lhe conflitos pessoais, frustrações e traumas de origem emocional que podem tornar-se permanentes, sendo as mais frequentes a humilhação, ameaça, ridicularização, chantagem, hostilização, negação de afecto, rejeição, discriminação, privação do poder de decisão, isolamento, marginalização, culpabilização e intimidação (Aroca & Garrido, 2005 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Magalhães, 2010; Marco, 2013; Cottrell, 2001 cit. por Ibabe *et al.*, 2013). Os progenitores que são vítimas de violência psicológica por parte dos seus filhos necessitam muitas vezes de medicação para superar as situações de tensão vividas, enquanto outros recorrem ao uso de álcool e drogas para fazer frente ao desespero, incredulidade, impotência e falta de apoio (Agnew & Huguley, 1989; Cottrell, 2001; Cottrell & Monk, 2004; Gallagher, 2004; Howard & Rottem, 2008; Paterson, Luntz, Perlesz & Cotton, 2002; Sempere *et al.*, 2007 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Omer, 2004). Cottrell (2001 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014) destaca outras consequências sofridas pelas vítimas, nomeadamente problemas de atenção, depressão, impotência, sentimentos de frustração, ideação e/ou tentativa de suicídio.

A *violência ou abuso físico* corresponde a qualquer acção intencional e não accidental, que provoca ou pode provocar danos físicos e corporais na vítima, podendo tratar-se de uma ocorrência isolada ou repetida deixando ou não marcas evidentes, uma vez que, muitas das lesões provocadas por este tipo de violência se encontram situadas em partes do corpo pouco visíveis (Gelles & Straus, 1988; Magalhães, 2010). As formas mais frequentes da violência física são o empurrão, o murro, a bofetada, os puxões de cabelo, os pontapés, os beliscões, as cabeçadas e abanões violentos, e em situações extremas, o estrangulamento, a queimadura e a intoxicação, sendo também por vezes, utilizados instrumentos como os paus, armas brancas ou de fogo, e cordas ou objectos semelhantes usados para amarrar ou apertar (Magalhães, 2010; Marco, 2013; Aroca-Montolío *et al.*, 2014). A omissão de ajuda e o abandono numa situação de vulnerabilidade da vítima também podem ser consideradas formas de violência física e psicológica (Aroca-Montolío *et al.*, 2014). No entanto, para alguns autores, os actos fisicamente agressivos das crianças mais pequenas não devem ser considerados como violência, uma vez

que, a probabilidade que têm de ferir o outro é muito baixa, daí as crianças com idade inferior a 10 anos serem muitas vezes excluídas das investigações, no entanto, o prejuízo ou dano físico não é um elemento necessário para o comportamento ser considerado violento (Cornell & Gelles, 1982 cit. por Ulman & Straus, 2003; Aroca-Montolío *et al.*, 2014).

Por fim, mas não menos importante, a *violência ou abuso económico* refere-se às condutas que restringem a possibilidade de lucro e poupança por parte dos progenitores por meio de roubos, venda ou destruição de objectos, dívidas com o telemóvel, internet e jogos e a utilização de cartões bancários pelos filhos, sendo no entanto, importante referir que a violência económica se faz acompanhar pela violência psicológica, na medida em que, ocorrem frequentemente ameaças, mentiras, chantagem emocional e manipulação (Marco, 2013; Aroca-Montolío *et al.*, 2014).

Evans e Warren-Sohlberg (1998 cit. por Robinson *et al.*, 2004 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014) procuraram demonstrar nos seus estudos que os três tipos de violência não aparecem todos ao mesmo tempo e de uma só vez, havendo formas de violência e maltrato sofridas pelos progenitores mais comuns, tais como violência física (57%), agressão verbal (22%), uso de arma (17%) e lançamento e destruição de objectos (5%). Também alguns autores defendem que a violência filio-parental tende a diminuir quanto maior for a idade do filho, mas em contrapartida, outros defendem que quanto maior a prevalência, isto é, quanto mais velho, mais alto e mais força tiver o filho, maior a violência que este irá exercer contra os seus progenitores (Agnew & Huguley, 1989; Charles, 1986; Paulson *et al.*, 1990 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014).

2.1.2. Mudanças e Factores que dificultam a relação pais-filhos

As diversas mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos em todo o mundo, principalmente na sociedade ocidental têm contribuído para o aparecimento de novas dinâmicas que interferem e alteram o equilíbrio do poder e da autoridade no seio do sistema familiar (Tercero & Menna, 2009). As *mudanças sociais* contribuem para o aumento da dificuldade dos pais e dos educadores em manter a sua posição de autoridade e poder face aos filhos, por exemplo, na medida em que há uma diminuição considerável do número de filhos com um destaque importante para o número de filhos únicos, o que leva os pais a cuidar e mimar excessivamente esses filhos, pois estes são considerados os seus “tesouros”. As mudanças nos padrões familiares bem como as mudanças no ciclo de vida familiar, levam a que outros tipos de famílias (*i.e.* monoparentais, homossexuais, etc.), ocupem cada vez mais espaço e que a acentuada diferença entre as idades dos pais e dos filhos dificultem também cada vez mais a

autoridade dos pais, uma vez que, estes quando são mais velhos têm menos energia e disposição para se debaterem com as crianças de modo a manter a disciplina e a estabelecer regras e limites. Também as mudanças ocorridas ao nível laboral, muito devido à integração plena da mulher no mercado de trabalho, conduzem ao chamado “bloqueio parental”, isto porque, há um declínio no número de horas dispensado para as crianças devido ao aumento da carga horária no trabalho e a um aumento do cansaço dos pais – estes factores podem gerar frustração e podem pôr em causa a harmonia familiar. Também os meios de comunicação social, nomeadamente a televisão e os vídeo-jogos, incentivam as crianças e os jovens a resolverem os seus problemas através da violência não havendo punição e castigos para os mesmos, tornando assim a violência nas crianças mais permissiva (Tercero & Menna, 2009; Estévez & Góngora, 2009).

As mudanças que ocorrem ao nível da educação assentam, principalmente nos *estilos parentais/educativos* que são definidos como um conjunto de directrizes e práticas que permitem a regulação das estratégias e dos mecanismos de socialização e educação dos filhos, onde interagem também traços de personalidade, experiências passadas e características pessoais, que se traduzem em atitudes e comportamentos, por exemplo, alguns autores consideram que os estilos parentais representam a forma dos adultos actuarem a respeito das crianças face a situações quotidianas, tomadas de decisão e solução de problemas (Aroca-Montolío *et al.*, 2012).

Ibabe *et al.* (2007) defendem que os estilos parentais que contribuem ou que facilitam o aparecimento da violência filio-parental são o estilo permissivo-liberal (sobreprotector, sem normas claras e consistentes, não há um exercício da autoridade, mais sensibilidade que exigência), o estilo autoritário (autoridade rígida, inflexível e não negociada, recorre aos castigos e punições, exigência e não há sensibilidade), que pode surgir como uma forma de protecção, defesa e retaliação e o estilo negligente-ausente (demasiada independência dos filhos, baixa exigência, autoridade e responsabilidade dos pais face aos filhos), que pode surgir como uma tentativa de o adolescente se impor ou como uma forma de se recusar a viver naquela situação familiar, sendo que de uma forma geral, a violência filio-parental surge como um comportamento defensivo (*i.e.* resolver conflitos, acalmar a tensão), como uma expressão transitória psicopatológica ou como uma diminuição da consciência (Tercero & Menna, 2009; Laurent & Derry, 1999; Romero *et al.*, 2007; Sandstrom, 2007; Sempere *et al.*, 2007; Underwood, Beron & Rosen, 2009 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Cottrell and Monk, 2004; Gallagher 2004; Pagani *et al.*, 2004 cit. por Ibabe *et al.*, 2013). Eckstein (2004 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2012) defende que quanto maior forem as normas e a disciplina parental estabelecidas, mais severos serão os maus-tratos exercidos pelos filhos, enquanto Cottrell e

Monk (2004 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2012) defendem que nas primeiras etapas da parentalidade dos filhos maltratantes, os pais e as mães eram excessivamente controladores, e quando estes necessitavam de ser mais autónomos, os progenitores queriam continuar a exercer esse controlo, o que provocava a violência dos filhos contra os seus progenitores.

As *mudanças familiares* ocorrem, essencialmente ao nível das dinâmicas relacionais que podem contribuir para o aparecimento da violência filio-parental, por exemplo, quando há uma experiência familiar prévia do uso da violência para resolver os conflitos, isto é, nas famílias em que as crianças eram espectadoras frequentes de maus-tratos há uma maior probabilidade de se tornarem em filhos agressores – existem três formas diferentes de a violência se manifestar: *a) violência generalizada*, quando é contra todos os membros da família; *b) violência dirigida ao agressor*, quando há uma identificação com a vítima; e *c) violência dirigida à vítima*, quando há uma identificação com o agressor.

A violência filio-parental pode surgir em casos em que os pais são excessivamente permissivos mas não normativos – relação simétrica pais/filhos – e em que as regras não são impostas, mas sim negociadas e onde a opinião de todos os membros da família tem o mesmo valor e importância, mas também quando os pais são excessivamente protectores e estão prontos a satisfazer todas as necessidades, desejos e ambições dos filhos. Esta pode ainda surgir quando os pais estão insatisfeitos com os seus papéis, frequentemente associado aos pais que têm os seus filhos acidentalmente ou contra a sua vontade, podendo expressar o seu desagrado perante o próprio filho, quando os pais, enquanto casal, têm uma relação muito conturbada e tendem a desqualificar e/ou desautorizar o outro diante dos filhos, levando assim a inconsistências e desacordos sobre a forma de educar os filhos, bem como a uma insuficiência dos meios utilizados, uma vez que, os mesmos comportamentos podem levar a sanções desproporcionadas ou podem até passar despercebidos, ou quando os pais mantêm uma relação excessivamente estreita e fusional com os filhos (*i.e.* famílias monoparentais com um pai ausente fisicamente, frio ou distante) (Tercero & Menna, 2009).

Por fim, os *factores individuais* também estão associados aos jovens agressores, havendo uma série de características de personalidade que aparecem com mais frequência nestes jovens, como a baixa auto-estima, baixo auto-controle, egocentrismo, impulsividade, irritabilidade, ausência ou redução da capacidade empática, falta de habilidades sociais, baixa tolerância à frustração, insatisfação geral com a vida (MacDonald, Piquero, Valois, & Zullig, 2005 cit. por Estévez & Góngora, 2009), desejo de dominar e controlar os outros (Carroll, Hatti, Durkin, & Houghton, 1999 cit. por Estévez & Góngora, 2009), entre outros (Cottrell & Monk, 2004; Paulson *et al.*, 1990 cit. por Montolío *et al.*, 2014; García de Galdeano & González, 2007;

Ibabe & Jaureguizar, 2011; Tercero & Menna, 2009; Coogan, 2011; Harbin & Madden, 1979; Paulson *et al.*, 1990 cit. por Kennedy *et al.*, 2010).

2.1.3. A Bidireccionalidade da Violência Filioparental

Muitos estudos levantam a hipótese da *bidireccionalidade* na *violência filio-parental*, como forma de explicar a agressão e os maus-tratos dos filhos face aos seus progenitores, isto é, os filhos que foram maltratados pelos seus pais têm uma maior probabilidade de abusar também dos seus pais (Hartz, 1995; Kratcoski, 1985; Langhinrichsen-Rohling & Neidig, 1995; Mahoney & Donnelly, 2000; Meredith, Abbot & Adams, 1986; Straus & Hotaling, 1980 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011; Kennedy *et al.*, 2010; Maxwell & Maxwell, 2003; Pagani *et al.*, 2009 cit. por Ibabe *et al.*, 2013), chegando mesmo a comprovar-se que quanto maior for a taxa de castigos corporais utilizados por parte dos pais, maior será a presença de comportamentos violentos dos filhos face aos seus próprios pais (Brezina, 1999; Larzelere, 1986; Mahoney & Donnelly, 2000; Patterson, 1995 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011), sendo a frequência dessa violência mais importante que a sua própria intensidade (Peek, Fischer & Kidwell, 1985 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011). A explicação para esta bidireccionalidade pode assentar na aprendizagem dos modelos de relação baseados na própria violência, na medida em que, as crianças interiorizam que a única forma de resolverem os conflitos é mediante o uso da força e de técnicas violentas (Barkin, Kreiter & Durant, 2001; Laurent & Derry, 1999; Mitchell & Finkelhor, 2001 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011).

A exposição dos filhos à violência marital e conjugal dos seus próprios pais também foi identificada com um factor decisivo para o futuro comportamento violento dos filhos face às mães (Cottrell & Monk, 2004 cit. por Montolío *et al.*, 2014; Ulman & Straus, 2003), na medida em que, a teoria da aprendizagem social pode funcionar como uma explicação para aquelas mulheres que são vítimas mais frequentes da violência por parte dos seus filhos, o que muito se deve à mentalidade e crenças da sociedade sobre a aceitação da falta de respeito, depreciações e comportamentos abusivos em relação às mulheres e mães (Gelles & Straus, 1988; Ibabe & Jaureguizar, 2011; Ibabe *et al.*, 2013). Ibabe *et al.* (2007) concluíram que os jovens que exerciam violência filio-parental haviam sido expostos à violência familiar em diversas ocasiões, enquanto Gámez-Guadix e Calvete (2012) demonstraram que os adolescentes que agrediam os seus progenitores haviam sido mais expostos à violência familiar quando comparados com os adolescentes que não tinham sido expostos a qualquer tipo de violência familiar.

Autores como Langhinrichsen-Rohling e Neidig (1995 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011) chegaram mesmo a encontrar nos seus estudos diferenças de gênero na forma como a violência marital e conjugal influencia os filhos, demonstrando que as raparigas que tenham observado violência entre os pais têm uma menor probabilidade de se comportarem de forma violenta com os pais, contrariamente ao que acontece com os filhos rapazes, uma vez que, os filhos são mais propensos a serem fisicamente abusivos em relação aos pais, enquanto as filhas são mais propensas a serem emocionalmente e verbalmente abusivas em relação aos seus pais (Evans & Warren-Sohlberg 1988 cit. por Ibabe *et al.*, 2013; Nock & Kazdin 2002; Kennedy *et al.*, 2010). Há ainda estudos que demonstram que os filhos expostos à violência familiar apresentam mais problemas externalizantes, como condutas agressivas e comportamento anti-social, enquanto as filhas manifestariam mais problemas internalizantes, como a depressão e a ansiedade (Davies & Lindsay, 2001; O'Leary & Vidair, 2005 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012).

Boxer, Gullan & Mahoney (2009) defendem que os jovens são mais propensos a aprenderem a comportar-se de forma agressiva com o seu progenitor do mesmo sexo, isto é, os jovens são mais propensos a se tornarem fisicamente abusivos em relação ao seu pai/mãe, se também esse pai/mãe tiver sido vítima do seu progenitor, por exemplo, os rapazes seriam mais propensos a agredir fisicamente as suas mães, se as suas mães tivessem sido fisicamente abusadas pelo seu pai. Stith *et al.* (2000 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011) procuraram estudar a transmissão transgeracional da violência marital, sugerindo que uma história de violência marital entre os pais está associada a um maior risco de se tornarem vítimas no caso das filhas, enquanto os filhos se podem tornar agressores nas suas futuras relações. Conclui-se assim que as raparigas são mais sensíveis que os rapazes aos efeitos de qualquer uma das formas de violência nos seus pais/progenitores (Halford, Sanders & Behrens, 2000; Mihalic & Elliott, 1997; Riggs & O'Leary, 1996 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011).

Na investigação sobre a *violência filio-parental* existem resultados contraditórios a respeito das diferenças de gênero quer da vítima, quer do agressor, bem como sobre a possibilidade de existir uma interação entre o gênero do agressor e a sua idade. Apesar de também ser conhecida a relação entre a violência de pais a filhos e a violência filio-parental, não há nenhum estudo que analise o impacto da violência familiar na violência filio-parental em função do gênero (Ibabe & Jaureguizar, 2011).

2.1.4. Consumo de substâncias psicoativas

Existem estudos que relacionam o consumo de drogas e álcool com a violência filiofamiliar, demonstrando que este consumo aumentava o risco de violência verbal para com a mãe em 60% das vezes. Parker e Benson (2004 cit. por Baezconde-Garbanati *et al.*, 2010) verificaram que os níveis mais baixos de apoio parental (*i.e.* percepção parental, confiança, compreensão, justiça) foram associados ao aumento do consumo de álcool e drogas por parte do adolescente, ideia também defendida por Simantov, Schoen e Klein (2006 cit. por Baezconde-Garbanati *et al.*, 2010). Mais de metade dos progenitores identificaram o abuso de substâncias como um problema coexistente com o maltrato e estes autores verificaram ainda que a violência filiofamiliar surgia com mais frequência devido às discussões entre os adolescentes e os seus progenitores, na maior parte das vezes, acerca de questões relacionadas com próprio o abuso de substâncias (Cottrell & Monk, 2004; Ellickson & McGuigan, 2000; Jackson, 2003; Pagani *et al.*, 2004 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Evans & Warren-Sohlberg, 1988; Jackson, 2003; Pagani *et al.*, 2004, 2009 cit. por Ibabe *et al.*, 2013; Coogan, 2011; Livingston, 1986; Potter-Efron & Potter-Efron, 1985 cit. por Kennedy *et al.*, 2010; Estévez & Góngora, 2009). Por outro lado, Rechea e Cuervo (2009 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014) mostraram que mais de metade dos jovens só haviam começado a consumir drogas e álcool depois de iniciarem os maus-tratos aos seus pais.

Outros estudos concluem que muitos dos jovens que agrediam os seus progenitores haviam consumido álcool ou drogas antes de o fazer (Harbin & Madden, 1979; Rechea *et al.*, 2008; Sempere *et al.*, 2007 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Walsh & Krienert, 2007), mas os mesmos também alertam para a falta de resultados concordantes entre o abuso de substâncias e a violência filiofamiliar. Já Bobic (2002 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014) esclarece que vários estudos mencionam o álcool e as drogas como uma causa da violência filiofamiliar, no entanto, nenhum aprofunda essa associação.

Walsh e Krienert (2007), nos seus estudos descobriram diferenças significativas ao nível do género na relação com o abuso de drogas e álcool e a violência filiofamiliar, sendo portanto, os filhos significativamente mais propensos do que as filhas a consumirem drogas ou álcool em casos de abuso das mães e dos pais.

Muitos dos pais procuram justificar o ataque e o comportamento agressivo dos filhos com o consumo de álcool e drogas, no entanto, os terapeutas e especialistas procuram explicar que a responsabilidade de resolver a situação se encontra nos seus filhos e não neles, o que perpetua a violência (Gallagher, 2004; Nardone, Giannotti & Rocchi, 2003 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Omer, 2004; Price, 1996), concluindo que o uso de álcool e drogas é

apenas uma complicação e não uma causa ou consequência dos graves problemas de vida do adolescente (Prince, 1996; Pantoja, 2005). Da mesma forma, García de Galdeano e González (2007) argumentam que, mesmo que o abuso de álcool e drogas esteja associado com o exercício destes comportamentos abusivos e violentos, não é a origem dos comportamentos de abuso, embora a sua influência seja inegável.

3. A Ideação Suicida

A definição de *suicídio* não é consensual e acarreta muitas dificuldades, uma vez que, condutas bastante diferenciadas podem ser consideradas “suicidárias” (*i.e.* alcoolismo, excesso de velocidade na condução automóvel, intoxicação medicamentosa, etc.) sempre que ligadas à autodestruição, que por sua vez está associada á incapacidade do indivíduo em encontrar uma alternativa para os seus problemas, optando assim pela sua própria morte.

O *suicídio* é então considerado um fenómeno complexo, universal e multifacetado que atinge todas as culturas, idades e classes sociais, sendo definido, como uma estratégia desesperada de libertação que ocorre quando já foram utilizadas todas as estratégias conhecidas para comunicar a tristeza e solidão, sendo um acto individual, mas ao mesmo tempo uma tragédia pessoal e familiar que envolve muitas mensagens subjectivas e um grande sofrimento naqueles que convivem e se relacionam com a vítima (Sampaio, 1991; Werlang, Borges & Fensterseifer, 2005; Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011).

O suicídio está entre as dez principais causas de morte em todo o mundo, para todas as faixas etárias, e entre as três principais em jovens com idades compreendidas ente os 15 e os 34 anos (OMS, 2002). Embora ainda seja visto como um tabu em muitas sociedades, o suicídio tem sido considerado um problema de saúde pública, devido aos números alarmantes dos actos suicidas, tendo nos últimos 45-50 anos aumentado cerca de 60% em todo o mundo. Segundo a Direcção Geral de Saúde (2013 cit. por Azevedo & Matos, 2014), o suicídio nos adolescentes é a segunda causa de morte.

De acordo com a literatura específica da Suicidologia, o comportamento suicidário engloba, frequentemente, três categorias diferenciadas entre si pelo grau de severidade: a *ideação suicida*, caracterizada por pensamentos ou ideias de autodestruição e pelo desejo e/ou planeamento da própria morte, revelando um grave sofrimento emocional; a *tentativa de suicídio*, caracterizada por um acto realizado com o intuito de pôr fim à vida; e o *suicídio consumado*, onde o acto anteriormente levado a cabo acabou por culminar na morte do sujeito. Há também diversos autores que referem o “para-suicídio” como uma forma de comportamento

suicida, normalmente usado para designar uma tentativa de suicídio em que a verdadeira intenção não é a de colocar fim à vida, sendo o grau de intencionalidade muito menor ao da tentativa de suicídio (Gonçalves *et al.*, 2011). Apesar de no presente estudo apenas se pretender estudar a ideação suicida, é importante perceber que dificilmente se conseguirá isolar este conceito dos outros pois estes são trabalhos quase sempre em conjunto.

A *ideação suicida*, como já referido anteriormente, está relacionada com os pensamentos de autodestruição que incluem a ideia de que a vida não vale a pena ser vivida, bem como os planos específicos para lhe pôr fim, sendo ainda considerado um indicador fundamental para o risco de suicídio (Reynolds, 1988 cit. por Azevedo & Matos, 2014). A identificação da gravidade da ideação suicida num adolescente pode contribuir para detectar atempadamente jovens em risco de suicídio (Ferreira & Castela, 1999).

3.1. O Comportamento Suicidário na Adolescência

O *suicídio* na adolescência torna-se singular, na medida em que, esta é uma fase do desenvolvimento humano em que há uma reorganização psíquica, onde geralmente, aparecem intensos sentimentos de baixa auto-estima e dor psicológica, que podem levar o adolescente a cometer actos de autodestruição. No entanto, podem aparecer ocasionalmente ideias suicidas na adolescência, na medida em que, este tipo de pensamento pode ser considerado como uma parte integrante do processo evolutivo da própria adolescência, pois funciona como uma espécie de elucidação para os problemas existenciais do adolescente que lhe permitem encontrar respostas para a compreensão do sentido da vida e da morte. Por outro lado, a questão torna-se preocupante quando os adolescentes pensam sistematicamente, ameaçam ou concretizam o suicídio, revelando um colapso nos seus mecanismos adaptativos, fazendo com que os comportamentos suicidas sejam entendidos como as únicas formas de aliviar a dor e o sofrimento psíquico (Borges & Werlang, 2006). A intensidade dos pensamentos, a sua profundidade, duração, o contexto em que surgem e a impossibilidade de se desligar deles são factores que permitem distinguir um jovem saudável de um que se encontra à beira de uma crise suicida (OMS, 2002).

A literatura aponta para as diferenças de género associadas à prevalência da ideação suicida, por exemplo, Man (1999 cit. por Borges & Werlang, 2006) demonstrou que no período da adolescência as raparigas apresentam maiores taxas de ideação suicida quando comparadas com os rapazes, podendo este fenómeno ser explicado pelo facto de as raparigas apresentarem maiores índices de depressão, levando consequentemente ao aumento da ideação suicida e das tentativas de suicídio (De Leo *et al.*, 2003; Edwards & Holden, 2001; Espósito & Clum, 2002

cit. por Werlang *et al.*, 2005). De uma forma geral, sabe-se que as raparigas têm mais ideação e tentam mais o suicídio, mas são os rapazes que apresentam uma maior taxa de suicídio consumado, na medida em que, os métodos ou técnicas utilizadas são mais eficazes.

3.2. Factores de Risco e Factores de Protecção

Os comportamentos suicidários aparecem quando um indivíduo se depara com diversas situações geradoras de *stress* e ansiedade, sentindo-se conseqüentemente incapaz de lidar com as mesmas e de as resolver, sendo que quando estes sentimentos se intensificam podem passar a ideação suicida. O risco de suicídio só pode ser estimado através de uma avaliação dos factores de risco e de protecção para os comportamentos suicidários. A prevenção do suicídio passa assim pelo reforço dos factores protectores e pela redução dos factores de risco. Os *factores de risco* são aqueles que têm uma grande probabilidade de desencadear ou de se associar ao desenvolvimento de um acontecimento negativo e/ou indesejado, que impedem a satisfação de necessidades emocionais fundamentais, podendo assim conduzir aos comportamentos suicidários. Por outro lado, os *factores de protecção* são aqueles que funcionam como recursos pessoais ou sociais e que atenuam ou neutralizam o impacto do risco, na medida em que fortalecem as estratégias que permitem lidar com os problemas e ajudam a diminuir a probabilidade do indivíduo desenvolver comportamentos suicidários (Benincasa & Rezende, 2006 cit. por Gonçalves *et al.*, 2011).

De acordo com a literatura nacional e internacional, não há a certeza quanto aos factores ou circunstâncias que levam um adolescente a cometer o suicídio, contudo são enumerados alguns factores de risco que surgem com mais frequência, como factores culturais e sociodemográficos (*i.e.* desemprego na família, problemas financeiros, dificuldades escolares, falta de projectos de vida), factores familiares (*i.e.* ausência de suporte familiar e social, padrões de vinculação inseguros, violência na família, divórcio e/ou separações), personalidade e estilo cognitivo (*i.e.* humor instável, comportamento anti-social, impulsividade, rigidez do pensamento, frustração, ansiedade, isolamento, comportamento provocador), perdas (*i.e.* separações de amigos, namorado/a, morte de pessoa significativa), doença física (*i.e.* dor somática), conflitos interpessoais e problemas de relacionamento (*i.e.* violência, problemas legais), perturbações psiquiátricas (*i.e.* depressão, ansiedade, desesperança, perturbações alimentares, abuso de substâncias psicoactivas), e história de comportamentos suicidas (*i.e.* ideação suicida) (Ferreira & Castela, 1999; Werlang *et al.*, 2005; Gonçalves *et al.*, 2011).

Já em relação aos factores de protecção, estes diminuem o risco de suicídio e impedem o adolescente de considerar a autodestruição como uma saída, como por exemplo, factores

familiares (*i.e.* apoio e confiança familiar, bom suporte familiar, padrões de vinculação seguros), personalidade e estilo cognitivo (*i.e.* auto-confiança, existência de um projecto de vida, valor pessoal, bons níveis de comunicação, abertura para aprender), factores culturais e sociodemográficos (*i.e.* valores culturais, boa relação com os pares, bons níveis de socialização) e factores ambientais (*i.e.* alimentação equilibrada, boa qualidade do sono, actividade física) (OMS, 2002; Gonçalves *et al.*, 2011).

4. Objectivos e Hipóteses de Estudo

Dada a escassez de estudos, quer nacionais quer internacionais sobre a temática apresentada anteriormente, o presente estudo tem como principais objectivos: perceber a relação existente entre o funcionamento familiar (coesão, flexibilidade e comunicação), a violência filio-parental (física e psicológica) e a ideação suicida, isto é, de que forma nos sistemas familiares mais disfuncionais, os adolescentes apresentam maiores níveis de violência, física e psicológica, e conseqüentemente, maior ideação suicida. Procurou-se ainda perceber até que ponto a violência filio-parental é bidireccional, na medida em que, os jovens que testemunharam violência em casa têm uma maior probabilidade de também eles desenvolverem comportamentos agressivos contra os seus progenitores.

Os estudos realizados até então não são consonantes quanto aos seus resultados, pois se, por um lado, alguns demonstram que se os filhos tivessem crescido em famílias em que havia violência contra as mulheres, teriam uma maior probabilidade de abusarem das suas mães, (Brezina, 1999; Paulson *et al.*, 1990 cit. Gámez-Guadix & Calvete, 2012), por outro lado, alguns defendem que os jovens tendem a adoptar comportamentos violentos contra os seus progenitores quando expostos à violência familiar, independentemente do género da vítima e do agressor, e da ocasião em que esse comportamento ocorre (Ibabe, Jaureguizar & Díaz, 2007). Em relação ao género dos agressores na violência filio-parental, alguns autores demonstram que as raparigas que observavam violência entre os pais tinham uma menor probabilidade de se comportarem de forma violenta com os mesmos, ao contrário dos rapazes que têm uma maior probabilidade em se tornarem violentos e abusivos com os seus pais (Langhinrichsen-Rohling & Neidig, 1995 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011). Desta forma, foi elaborada a seguinte hipótese:

-Hipótese 1: “Existem diferenças significativas ao nível da violência filio-parental (física e psicológica) contra a mãe e o pai, em função do género dos jovens e de estes terem ou não testemunhado violência nas suas próprias casas”;

No que diz respeito ao consumo de álcool, não existem resultados concordantes, na medida em que, há estudos que demonstram que muitos dos jovens que agrediam os seus pais haviam consumido álcool antes de o fazer (Harbin & Madden, 1979; Rechea *et al.*, 2008; Sempere *et al.*, 2007 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Walsh & Krienert, 2007), enquanto outros demonstram que os jovens só haviam começado a consumir depois de iniciarem os maus-tratos contra os seus pais (Rechea & Cuervo, 2009 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014). Desta forma, elaboramos a seguinte hipótese:

- **Hipótese 2:** “Existem diferenças significativas ao nível da violência psicológica e física contra a mãe e o pai, entre os jovens que consumiram álcool e os que não consumiram álcool”;

Por último, tendo em conta os estudos realizados por Ibabe *et al.* (2007), os estilos parentais, nomeadamente o permissivo-liberal, o autoritário e o negligente-ausente, podem contribuir para o aparecimento da violência filio-parental, uma vez que, ambos são característicos de funcionamentos familiares disfuncionais, com níveis de coesão e flexibilidade desequilibrados. Também Tercero e Menna (2009) defendem que quanto mais fracas e disfuncionais forem as capacidades comunicacionais de uma família, maior a probabilidade de surgir violência entre filhos e pais. Todos estes factores são considerados factores de risco e aumentam a probabilidade de ideação suicida (Ferreira & Castela, 1999; Werlang *et al.*, 2005; Gonçalves *et al.*, 2011). No entanto, devido à escassez de estudos que relacionem o funcionamento familiar, a violência filio-parental e a ideação suicida, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- **Hipótese 3:** “Quanto maiores os níveis de violência filio-parental (psicológica e física) contra a mãe e o pai, maior a ideação suicida apresentada pelo jovem”;

- **Hipótese 4:** “Nos adolescentes, o funcionamento familiar (coesão, flexibilidade e comunicação) está correlacionado negativamente com a violência filio-parental e com a ideação suicida”;

MÉTODO

1. Participantes

Participaram no presente estudo um total de 239 adolescentes de ambos os sexos, 121 do sexo feminino (50,6%) e 118 do sexo masculino (49,4%), com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos ($M=16,12$ anos; $DP=1,88$) (Tabela 1) de duas escolas públicas e uma escola privada, na linha de Cascais.

Estes adolescentes foram divididos em três grupos etários, o primeiro corresponde a adolescentes entre os 13 e os 15 anos ($N=89$; 37,2%), o segundo a adolescentes entre os 16 e os 18 anos ($N=126$; 52,7%) e o terceiro a adolescentes entre os 19 e os 20 anos ($N=24$; 10%).

Tabela 1: Distribuição dos Participantes por Idade e por Sexo

	Idade	Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
	13	13	5	18
	14	24	23	47
	15	11	13	24
	16	24	16	40
	17	29	27	56
	18	9	22	31
	19	3	7	10
	20	8	5	13
	Total	121	118	239

Dos 239 adolescentes, 227 (95%) têm nacionalidade portuguesa e 12 (5%) são de outras nacionalidades, sendo que esses 12 adolescentes são na sua maioria de nacionalidade brasileira. Relativamente ao ano de escolaridade, 64 adolescentes frequentam o 8º ano (26,8%), 12 frequentam o 9º ano (5%), 57 frequentam o 10º ano (23,8%), 59 frequentam o 11º ano (24,7%), 37 frequentam o 12º ano (15,5%) e 10 frequentam o ensino superior (4,2%). Não há qualquer indicação quanto às reprovações escolares.

Em relação ao consumo de substâncias psicoactivas, 146 adolescentes (61,1%) admitem consumir ou já terem consumido bebidas alcoólicas, enquanto 93 adolescentes (38,9%) negam qualquer consumo. Destes 146 adolescentes, 23% ($N=55$) admite consumir bebidas alcoólicas

há mais de dois anos, 17,6% (N=42) há mais de um ano, 10% (N=24) entre seis meses a um ano e 10,5% (N=25) há menos de seis meses. 42,3% (N=101) admitem ainda que a regularidade deste consumo é de apenas uma vez por mês ou menos, havendo apenas 2,9% (N=7) dos adolescentes que admitem consumir mais de uma vez por dia. Já no que diz respeito ao consumo de outras substâncias (*i.e.* charros, cocaína, haxixe, etc.), apenas 18,8% (N=45) dos adolescentes admitem consumir ou já ter consumido drogas.

No que diz respeito aos aspectos e dinâmicas familiares, 69% dos progenitores destes adolescentes são casados ou estão juntos, 26,8% encontram-se divorciados e apenas 4,2% dos adolescentes não responderam a esta questão. Quando perguntado a estes jovens se tinham irmãos, 190 responderam que sim (79,5%) e 49 responderam que não (20,5%). Dos 190 adolescentes que responderam que tinham irmãos, apenas 177 indicaram qual a sua posição na fratria, sendo que, 33,1% (N=79) indicaram ser o irmão mais novo e 29,3% (N=70) indicaram ser o irmão mais velho. Estes adolescentes foram ainda questionados quando à violência em casa, em que 32 dos 239 adolescentes (13,4%) responderam que já tinham testemunhado violência em casa (Tabela 2), e 24 adolescentes (10%) responderam que também já haviam sido vítimas de violência na sua própria casa.

Tabela 2: Distribuição dos participantes por Género e por Testemunharem Violência

		Testemunha de violência em casa		Total
		Sim	Não	
Género	Feminino	22	99	121
	Masculino	10	108	118
Total		32	207	239

Por fim, no que diz respeito às tentativas de suicídio conhecidas, 79,5% (N=190) dos adolescentes responderam que não a esta questão e 20,5% (N=49) responderam que sim, sendo que, destes últimos, 6,7% (N=16) responderam que as tentativas de suicídio conhecidas foram referentes a familiares, 5,9% (N=14) a amigos, 2,5% (N=6) a figuras de referência, 1,7% (N=4) a vizinhos e os restantes 3,7% referem-se a outras opções.

2. Instrumentos

2.1. FACES-IV

A Escala de Coesão e Flexibilidade Familiar (FACES-IV – Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale) foi adaptada de acordo com o Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares (Olson, 2000). Actualmente, este instrumento encontra-se na sua quarta versão e em processo de validação para a população portuguesa (Gouveia-Pereira, Gomes, Miranda & Coutinho, 2014). A quarta versão deste instrumento apresenta algumas inovações face às versões anteriores, na medida em que há uma inserção de subescalas que permitem atingir de forma mais fiel os extremos das dimensões coesão e flexibilidade do Modelo Circumplexo, bem como a introdução de duas escalas destinadas à avaliação da comunicação e satisfação familiar.

Este é um instrumento de auto-relato constituído por 62 itens que remetem para 4 dimensões: coesão, flexibilidade, comunicação e satisfação. Da totalidade destes itens, 42 são destinados à avaliação de 6 subescalas, coesão equilibrada, desagregada e aglutinada, e flexibilidade equilibrada, rígida e caótica, sendo que cada uma delas é composta por 7 itens organizados de forma intercalada. Já a escala da comunicação e da satisfação, são compostas, cada uma, por 10 itens. A escala de resposta é do tipo Likert, com cinco níveis em todas as escalas. Nas subescalas referentes à coesão, flexibilidade e comunicação, a escala de resposta varia de 1 (Discordo Fortemente) a 5 (Concordo Fortemente), enquanto, na subescala referente à satisfação a escala de resposta varia de 1 (Muito Descontente) a 5 (Extremamente Satisfeito).

Numa análise das qualidades psicométricas, importa ver primeiro os níveis de consistência interna para cada uma das quatro escalas principais deste instrumento, uma vez que estas vão ser trabalhadas e analisadas na sua globalidade e só depois para o instrumento no geral. Assim sendo, para a coesão o alfa de Cronbach foi de 0,33, tendo em conta todos os itens desta dimensão, o que revela um nível de consistência interna baixo, mas retirando os itens 3, 9, 15, 21 e 27, todos referentes à subescala coesão desagregada, o alfa de Cronbach assume um valor de 0,62. Tal como acontece na dimensão anterior, também a flexibilidade apresenta um nível de consistência interna baixo, o alfa foi de 0,55, mas retirando os itens 6 e 42, referentes à subescala flexibilidade caótica, o alfa de Cronbach assume também um valor de 0,62. Por fim, para a comunicação o alfa de Cronbach foi de 0,88 e para a satisfação foi de 0,92, e uma vez que, foram atingidos valores de alfa bastante elevados isto confere-lhes uma consistência interna muito elevada (Tabela 3). Assim, relativamente aos dados obtidos por todos os

participantes, obtivemos as seguintes informações: $M=3,217$; $DP=0,419$; $\alpha=0,91$, o que significa que o instrumento na sua globalidade tem uma boa consistência interna.

Tabela 3: Análise de Fidelidade das Subescalas do Instrumento FACES-IV

	Média	Desvio Padrão	Alfa de Cronbach
Coesão	3,454	,862	,623
Flexibilidade	3,264	,565	,627
Comunicação	3,550	,680	,882
Satisfação	3,393	,794	,926
FACES-IV	3,217	,491	,917

No que diz respeito à operacionalização desta escala, Olson (2011) apresenta várias formas de codificar os dados obtidos no FACES-IV, por exemplo, na investigação empírica, este autor sugere a transformação dos valores em dados percentílicos ou em rácios. A possibilidade da criação de rácios para o Modelo Circumplexo é uma das inovações introduzidas nesta quarta versão da escala FACES, que nos permite aceder de uma forma mais precisa ao tipo de funcionamento familiar dos participantes no presente estudo, sendo ainda possível comparar os valores funcionais com os valores disfuncionais de cada sistema familiar.

Desta forma, podem ser criados três rácios, o Rácio de Coesão Familiar, o Rácio de Flexibilidade Familiar e o Rácio do Funcionamento Familiar ou Rácio Total, através das fórmulas apresentadas na Figura 1. Os Rácios de Coesão e Flexibilidade Familiar são calculados através da divisão da média das escalas de coesão e flexibilidade familiar equilibradas pela média das escalas de coesão e flexibilidade desequilibradas. Já o Rácio do Funcionamento Familiar é calculado através da média dos Rácios de Coesão e Flexibilidade Familiares. Os valores obtidos através dos rácios podem variar entre 0,2 e 5, sendo que o valor 1 corresponde ao nível que nos ajuda a perceber a funcionalidade ou disfuncionalidade familiar. Assim sendo, os valores superiores a 1 indicam sistemas familiares mais funcionais ou equilibrados, enquanto os valores inferiores a 1 indicam sistemas familiares mais disfuncionais ou desequilibrados.

$$\text{Rácio de Coesão} = \frac{\text{Coesão Equilibrada}}{\frac{(\text{Coesão Desagregada} + \text{Coesão Aglutinada})}{2}}$$

$$\text{Rácio de Flexibilidade} = \frac{\text{Flexibilidade Equilibrada}}{\frac{(\text{Flex. Rígida} + \text{Flex. Caótica})}{2}}$$

$$\text{Rácio do Funcionamento Familiar} = \frac{\text{Rácio de Coesão} + \text{Rácio de Flexibilidade}}{2}$$

Figura 1: Fórmulas para Obtenção dos Rácios do Modelo Circumplexo. Adaptada de “FACES IV: Scoring & Storing Data”, de D. Olson, 2010, Unpublished manuscript, p. 2.

2.2. Questionário de Agressão Parental (CPAQ)

O Questionário de Agressão Parental (CAPQ – Child-to-Parent Aggression Questionnaire) é um instrumento de auto-preenchimento, desenvolvido por Calvete, Gamez-Guadix, Orue *et al.* (2013), que tem como objectivo avaliar a agressão de um filho adolescente para com os seus pais, tanto a nível físico como a nível psicológico. Este instrumento na versão original é composto por 20 itens, onde 10 são referentes à mãe e 10 referentes ao pai, sendo assim considerado um instrumento curto e simples, com excelentes qualidades psicométricas. Este instrumento inclui ainda duas questões abertas para que os adolescentes possam explicar as razões que os levaram a ter comportamentos agressivos contra os pais. Calvete, Gamez-Guadix, Orue *et al.* (2013) encontraram alfas de Cronbach de 0,76 e 0,75 para a agressão psicológica contra a mãe e o pai, respectivamente e alfas de Cronbach de 0,73 e 0,76 para a agressão física contra a mãe e o pai, respectivamente, demonstrando assim uma consistência interna adequada.

Na versão portuguesa, o instrumento é composto inicialmente por 22 itens, onde 11 são referentes à mãe e 11 referentes ao pai. A versão portuguesa possui assim um item a mais que a versão original, pois o item em questão (item 5 – “Deste uma bofetada ou bateste nos teus pais”) parece ser útil e importante, tornando o presente instrumento mais completo e rigoroso, sendo que este integra a dimensão correspondente à agressão física. A escala tem 7 itens que se referem à agressão psicológica (*i.e.* comportamento insultuoso, ameaçador, chantagem,

desobedecer a um pedido dos pais, tirar dinheiro sem a permissão, etc.) e 4 que se referem à agressão física (*i.e.* bater, empurrar, pontapear, etc.). Os adolescentes referem a frequência com que tiveram determinados comportamentos para com a mãe ou pai durante o último ano, utilizando uma escala de Likert de 4 pontos: 0 (nunca), 1 (isto já aconteceu uma ou duas vezes), 2 (aconteceu entre 3 e 5 vezes) e 3 (aconteceu 6 ou mais vezes).

Começamos por realizar uma análise factorial através do método de rotação Varimax para componentes principais resultando desta análise dois factores, agressão física e agressão psicológica, tal como o esperado pelos autores da escala. No entanto houve itens que tiveram que ser excluídos por serem ambíguos, mais especificamente, na escala referente à mãe, foi excluído o item 8, passando o total de itens a 10, onde a dimensão corresponde à agressão psicológica ficou com um total de 5 itens e a dimensão correspondente à agressão física também com um total de 5 itens. Por outro lado, na escala referente ao pai, foram excluídos o item 8 e 9, passando o total de itens a 9, onde a dimensão correspondente à agressão psicológica ficou com um total de 4 itens, e a dimensão correspondente à agressão física com um total de 5 itens. Foram encontrados alfas de Cronbach de 0,78 e 0,74 para a agressão psicológica contra a mãe e o pai, respectivamente e alfas de Cronbach de 0,94 e 0,91 para a agressão física contra a mãe e o pai, respectivamente, demonstrando também uma boa consistência interna (Tabela 4).

Tabela 4: Análise de Fidelidade das Subescalas do Questionário de Agressão Parental

	Média	Desvio Padrão	Alfa de Cronbach
Violência Psicológica (Mãe)	,844	,678	,783
Violência Física (Mãe)	,083	,375	,947
Violência Psicológica (Pai)	,792	,686	,747
Violência Física (Pai)	,054	,299	,910
Violência Filioparental (Geral)	,424	,405	,895

2.3. Questionário de Ideação Suicida (SIQ)

O Questionário de Ideação Suicida (SIQ – Suicidal Ideation Questionnaire) é considerado um instrumento de auto-preenchimento, desenvolvido inicialmente por Reynolds (1988), que permite avaliar a gravidade e a intensidade dos pensamentos e ideias suicidas em adolescentes e adultos. A versão utilizada no presente estudo pertence a Ferreira e Castela

(1999), aferida e validada para a população portuguesa. Este instrumento é constituído por 30 itens, que variam numa escala de Likert de 7 pontos, que vai desde o 1 “o pensamento nunca ocorreu” até ao 7 “o pensamento ocorreu sempre”, podendo o resultado variar entre 0 e 180. Ferreira e Castela (1999) encontraram um alfa de Cronbach elevado (0,96), ligeiramente superior ao coeficiente referido pelo autor original. No presente estudo, o instrumento obteve os seguintes valores: $M = 1,71$; $DP = 1,13$; $\alpha = 0,97$.

3. Procedimento

Como a amostra de adolescentes para o presente estudo é proveniente de contextos escolares, foi necessário pedir autorização por escrito à direcção das várias escolas da linha de Cascais (Anexo A), obtendo-se assim o consentimento das três escolas para a realização do mesmo. De seguida, foi estabelecido o contacto pessoal com as entidades responsáveis de cada estabelecimento de ensino, onde foram esclarecidos os objectivos do estudo, os instrumentos a utilizar e foi dada uma breve explicação sobre os mesmos, bem como as características da amostra pretendida. Posto isto, foram elaboradas autorizações para os encarregados de educação (Anexo B), sendo que estas consistiam num documento onde se informava os responsáveis pelos participantes menores de 18 anos, do objectivo do estudo, do anonimato e confidencialidade do mesmo e de que o questionário seria administrado uma única vez, tendo uma duração aproximada de 10 a 15 minutos. Depois de recolhidas as autorizações dos encarregados de educação, houve um novo contacto com os responsáveis dos estabelecimentos de ensino, onde foi agendada a recolha de dados, que se deu em contexto de sala de aula, numa aula cedida para o efeito, no início da aula numa escola e no final da aula nas outras escolas. Antes da distribuição dos questionários foram esclarecidas algumas questões essenciais para uma realização adequada da tarefa (*i.e.* objectivos do estudo, em que consistia a tarefa e a duração da mesma) e, por se tratar de um questionário que foca alguns aspectos pessoais e familiares, bem como alguns comportamentos de risco, foi importante deixar bem claro que este era confidencial, anónimo e voluntário, sem respostas certas e erradas. Foi ainda importante referir que as suas respostas seriam apenas usadas para efeitos meramente estatísticos, não podendo as mesmas ser associadas aos participantes.

Depois de fornecidas todas as instruções para a realização da tarefa pretendida, iniciou-se o preenchimento do questionário (Anexo C), começando pela escala FACES-IV, Questionário de Agressão Parental (CPAQ), Questionário de Ideação Suicida e, por fim, por

um Questionário Sociodemográfico onde os participantes forneciam alguns dados como a idade, género, ano de escolaridade, casos de violência em casa, tentativas de suicídio conhecidas, entre outros, tendo sido esclarecidas todas as dúvidas que surgiam durante a execução dos mesmos. Quando os adolescentes terminavam de preencher os questionários colocavam os mesmos numa caixa, como forma de reforçar o anonimato e a confidencialidade da participação no presente estudo, sendo que no fim de cada questionário eram disponibilizados contactos, caso os adolescentes apresentassem ou sentissem necessidade de falar sobre possíveis sintomas e comportamentos apresentados.

RESULTADOS

De forma a facilitar a leitura deste capítulo, optou-se por efectuar a análise dos resultados, sendo a respectiva discussão apresentada no capítulo seguinte. Assim, antes desta análise é importante explicar que as respostas obtidas nos questionários foram trabalhadas na versão do *software* IBM SPSS Statistics 22 e que para todos os testes de hipóteses apresentados ao longo do presente estudo, assumimos como valor de referência uma probabilidade de erro de tipo I, $\alpha=0,05$. Nas questões abertas do Questionário de Agressão Parental (CPAQ), foi realizada uma análise de conteúdos, de acordo com Vala (1986), onde as respostas foram codificadas e apresentadas a três júris independentes, sendo apenas consideradas as respostas em que pelo menos dois dos elementos do júri estavam de acordo.

Para além disto, na presente análise de resultados assumimos que para amostras superiores a 30 sujeitos se dispensa a verificação dos pressupostos para a aplicação dos testes paramétricos, pois parte-se do princípio que as diferentes distribuições cumprem o pressuposto de normalidade destes mesmos testes (Marôco, 2010).

1. Análise Descritiva

1.1. Análise Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo

De modo a analisarmos mais detalhadamente os dados obtidos através desta escala, foram realizadas correlações entre os diferentes rácios do Modelo Circumplexo e, tal como Olson (2011) observou, os rácios encontram-se positivamente correlacionados, levando-nos a concluir que a Coesão Familiar está associada à Flexibilidade Familiar e vice-versa. Olson (2000), numa das hipóteses principais do Modelo Circumplexo afirma que sistemas familiares funcionais apresentam melhores níveis de comunicação, enquanto os sistemas familiares disfuncionais tendem a apresentar estilos de comunicação mais pobres. Desta forma, foi realizada uma análise de correlação entre a escala de Comunicação Familiar e o Rácio de Funcionamento Familiar, que revelou uma forte associação entre as duas variáveis ($r = 0,629$; $p=0,000$), confirmando a hipótese defendida por Olson (2000), de que sistemas familiares mais funcionais apresentam melhores capacidades comunicacionais (Tabela 5).

Tabela 5: Análise das Correlações de Pearson entre os Rácios do Modelo Circumplexo

	I.	II.	III.	IV.
I. Rácio de Coesão	-			
II. Rácio de Flexibilidade	,569**	-		
III. Rácio de Funcionamento Familiar	,908**	,862**	-	
IV. Comunicação	,602**	,505**	,629**	-

** . $p < .01$

1.2. Análise Descritiva do Questionário de Agressão Parental e do Questionário de Ideação Suicida

Sendo a fidelidade de um instrumento elevada se estiver acima de 0,60, é possível afirmar que no presente estudo os instrumentos FACES-IV, Questionário de Agressão Parental e Questionário de Ideação Suicida apresentaram valores concordantes com uma boa consistência interna.

Uma vez que, os resultados da escala FACES-IV já foram operacionalizados e analisados na secção referente aos instrumentos, passamos agora a uma análise descritiva dos resultados do Questionário de Agressão Parental (Calvete, Gamez-Guadix, Orue *et al.*, 2013), onde importa lembrar que valores mais elevados neste questionário indicam uma maior violência, física e/ou psicológica, dos adolescentes contra os seus pais e valores mais baixos revelam menores níveis de violência contra os pais ($M=0,424$; $DP=0,405$). Para tal, procurou analisar-se a relação entre a violência filio-parental e a idade, sendo que apenas se verificou uma correlação estatisticamente significativa e positiva na relação entre a violência física contra a mãe e a idade ($r = 0,157$; $p = 0,015$), que nos permite concluir, que à medida que a idade aumenta, os níveis de violência física contra a mãe também aumentam (Tabela 6). Os nossos resultados não vão assim ao encontro dos resultados encontrados na literatura, na medida em que há autores que defendem que a violência contra os pais tende a diminuir conforme o aumento da idade, contrariamente a outros que defendem que quanto maior a idade do filho maior a violência que esse vai exercer contra os seus pais (Agnew & Huguley, 1989; Charles, 1986; Paulson *et al.*, 1990 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014).

Tabela 6: Análise das Correlações entre a Idade e a Violência Filioparental

	I.	II.	III.	IV.	V.
I. Idade	-				
II. Violência Psicológica (Mãe)	,075	-			
III. Violência Física (Mãe)	,157*	,491**	-		
IV. Violência Psicológica (Pai)	,013	,730**	,386**	-	
V. Violência Física (Pai)	,040	,364**	,680**	,433**	-

*. $p < .05$; **. $p < .01$

Já no que diz respeito à Ideação Suicida, e uma vez que, a literatura aponta para diferenças de género associadas à prevalência da ideação suicida, procurou analisar-se a relação entre a ideação suicida e o género, onde se verificou a existência de diferenças estatisticamente significativas ao nível das médias de ideação suicida entre os géneros ($t(239) = 2,932$; $p = 0,004$). Assim, os sujeitos do sexo masculino apresentam níveis de ideação suicida mais baixos ($M=1,501$; $DP=0,902$) que os sujeitos do sexo feminino ($M=1,920$; $DP=1,285$) (Tabela 7). Este resultado vai assim ao encontro do que foi defendido em estudos anteriores, na medida em que, as raparigas apresentam maiores taxas de ideação suicida quando comparadas com os rapazes (Ferreira & Castela, 1999; Borges & Werlang, 2006).

Tabela 7: Estatística Descritiva da Ideação Suicida segundo o Género dos Participantes

	Género	Média	Desvio Padrão	N
Ideação Suicida	Feminino	1,920	1,285	121
	Masculino	1,501	,902	118

1.3. Análise dos Resultados

Começamos por responder à **hipótese 1** “Existem diferenças significativas ao nível da violência filio-parental (física e psicológica) contra a mãe e o pai, em função do género dos jovens e de estes terem ou não testemunhado violência nas suas próprias casas”, cujo objectivo se centra em perceber de que modo a existência de testemunhos de violência em casa se relaciona com os níveis de violência, quer física quer psicológica, exercidas contra a mãe e o pai, e se há diferenças significativas entre o género dos adolescentes (masculino ou feminino).

Para tal, optou-se pela realização de uma análise de variâncias, ANOVA Two-Way e a partir desta análise, relativamente ao nível da **violência psicológica contra a mãe**, observou-se apenas um efeito principal estatisticamente significativo na variável testemunhar violência ($F(1;235) = 46,979$; $p = 0,000$), demonstrando que os adolescentes testemunhas de violência ($M = 1,525$; $DP = 0,853$) são aqueles que exercem maior violência psicológica contra a mãe quando comparados com os adolescentes que não são testemunhas de violência ($M = 0,739$; $DP = 0,582$) (Figura 2). Não se verificou nenhum efeito principal na variável género, nem efeitos de interacção entre o género dos jovens e o testemunhar violência em casa ($F(1;235) = 3,269$; $p = n.s.$).

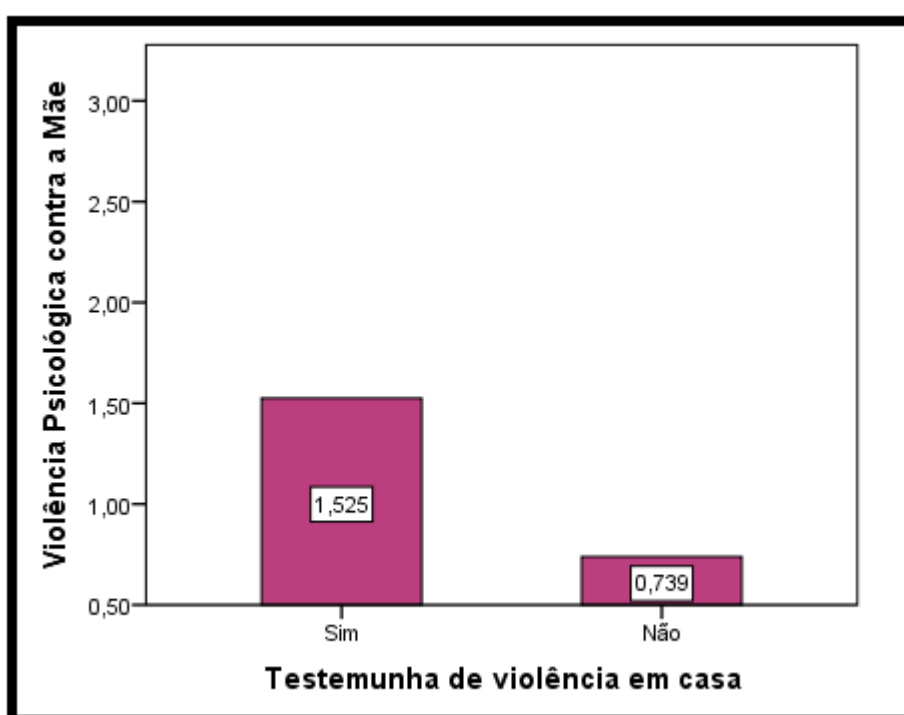


Figura 2: Gráfico de Frequências da Violência Psicológica contra a Mãe segundo o Testemunhar Violência em Casa

Realizou-se uma nova ANOVA Two-Way, e a partir desta análise, ao nível da **violência física contra a mãe**, concluiu-se que se verificaram dois efeitos principais estatisticamente significativos na variável género e na variável testemunhar violência. A variável género tem um efeito significativo na violência física exercida pelos jovens contra a mãe ($F(1;235) = 5,846$; $p = 0,016$), demonstrando que os jovens do sexo masculino exercem mais violência ($M = 0,100$; $DP = 0,429$) que os jovens do sexo feminino ($M = 0,066$; $DP = 0,316$). Também a variável testemunhar violência em casa tem um efeito significativo na violência física exercida pelos

jovens contra a mãe ($F(1;235) = 38,027$; $p=0,000$), na medida em que os jovens que testemunham violência em casa são mais violentos com as suas mães ($M= 0,413$; $DP= 0,780$) quando comparados com os jovens que não testemunham violência em casa ($M= 0,032$; $DP= 0,227$) (Figura 3). No entanto, não há quaisquer efeitos de interação entre o género dos jovens e o testemunhar violência em casa ($F(1; 235) = 3,350$; $p= n.s.$), tal como acontece ao nível da violência psicológica.

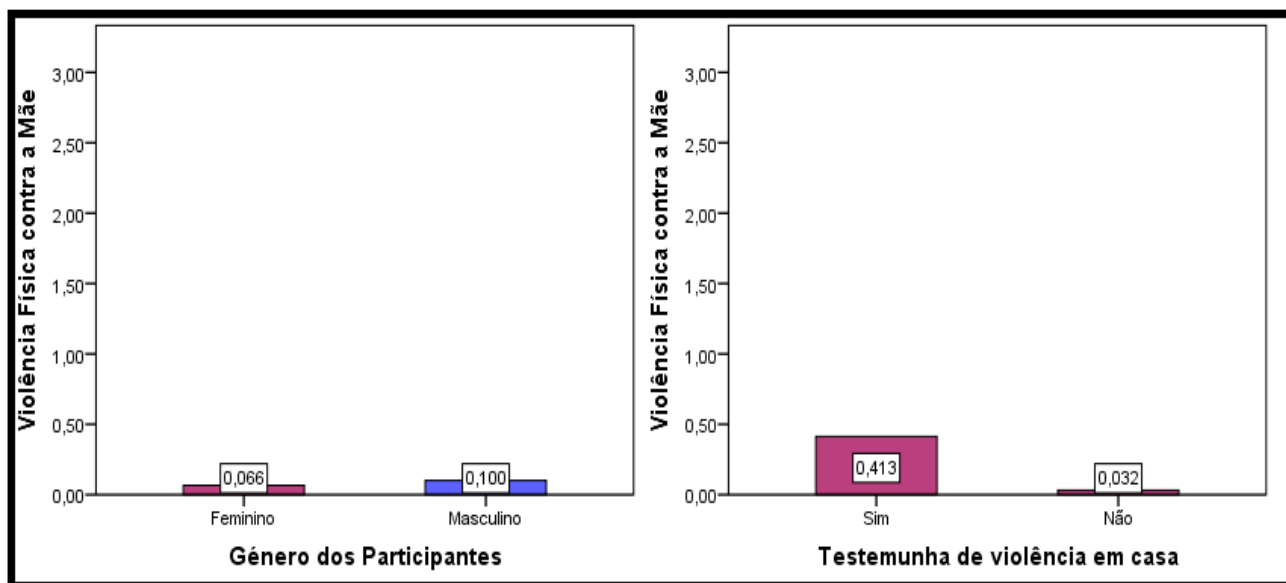


Figura 3: Gráficos de Frequências da Violência Física contra a Mãe segundo o Género e o Testemunhar Violência em Casa

De igual modo, para se perceber se existem diferenças quer ao nível do género quer ao nível do testemunhar violência em casa na violência psicológica e física exercidas contra o pai, optou-se pela realização de uma análise de variâncias, ANOVA Two-Way. A partir desta análise, ao nível da **violência psicológica contra o pai**, verificou-se um efeito principal estatisticamente significativo na variável testemunhar violência ($F(1;229) = 30,096$; $p=0,000$), sendo os adolescentes testemunhas de violência ($M= 1,400$; $DP= 0,939$) aqueles que exercem maior violência contra o pai quando comparados com os adolescentes que não são testemunhas de violência ($M= 0,702$; $DP= 0,592$) (Figura 4). Não se verificou nenhum efeito principal na variável género, nem efeitos de interação entre o género dos jovens e o testemunhar violência em casa ($F(1;229) = 0,135$; $p= n.s.$).

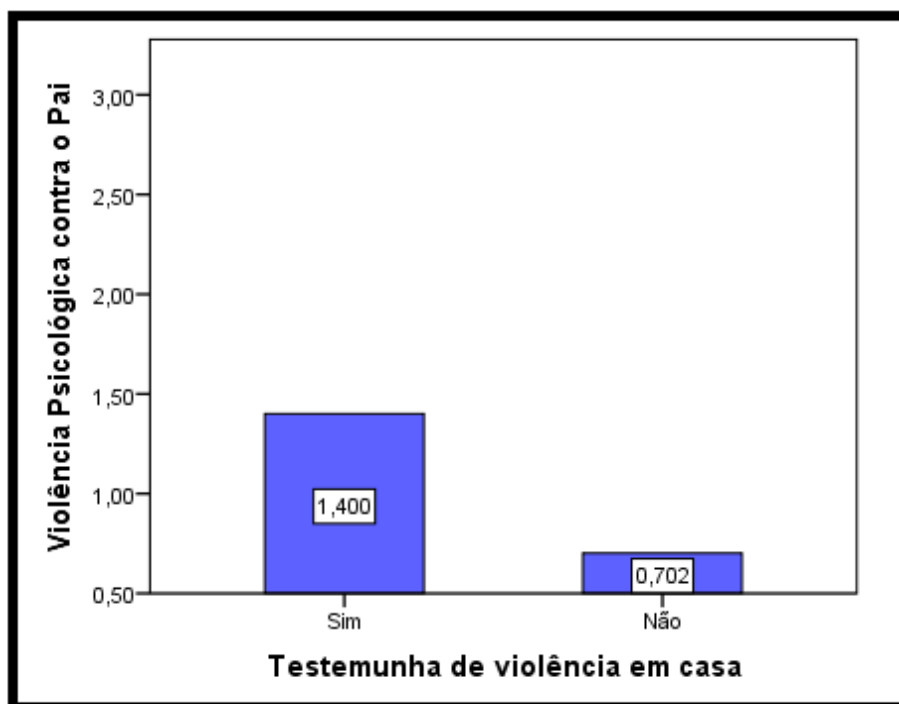


Figura 4: Gráfico de Frequências da Violência Psicológica contra o Pai segundo o Testemunhar Violência em Casa

Para a análise da **violência física contra o pai**, os nossos resultados mostram que existe um efeito de interacção estatisticamente significativo entre o género dos jovens e o testemunhar violência em casa ($F(1;229) = 4,862$; $p = 0,028$), ou seja, há interacção da variável testemunhar violência com a variável género. Desta forma, é possível afirmar que tanto o género dos jovens como o facto de estes terem ou não testemunhado violência em casa têm efeito na violência física exercida contra o pai. Desta forma, é possível afirmar que os jovens do sexo masculino que testemunham violência em casa ($M = 0,440$; $DP = 0,782$) são os que exercem mais violência física sobre os seus pais, quando comparados com os jovens do sexo feminino que também testemunham violência em casa ($M = 0,130$; $DP = 0,407$), ou quando comparados com os jovens que não testemunham qualquer tipo de violência, sejam eles do sexo masculino ($M = 0,051$; $DP = 0,313$) ou do sexo feminino ($M = 0,002$; $DP = 0,020$) (Figura 5). Além disso, existem ainda dois efeitos principais estatisticamente significativos na variável género e na variável testemunhar violência em casa. A variável género tem um efeito significativo na violência física exercida pelos jovens contra o pai ($F(1;229) = 9,246$; $p = 0,003$), tal como acontece com a variável testemunhar violência em casa ($F(1;229) = 19,099$; $p = 0,000$).

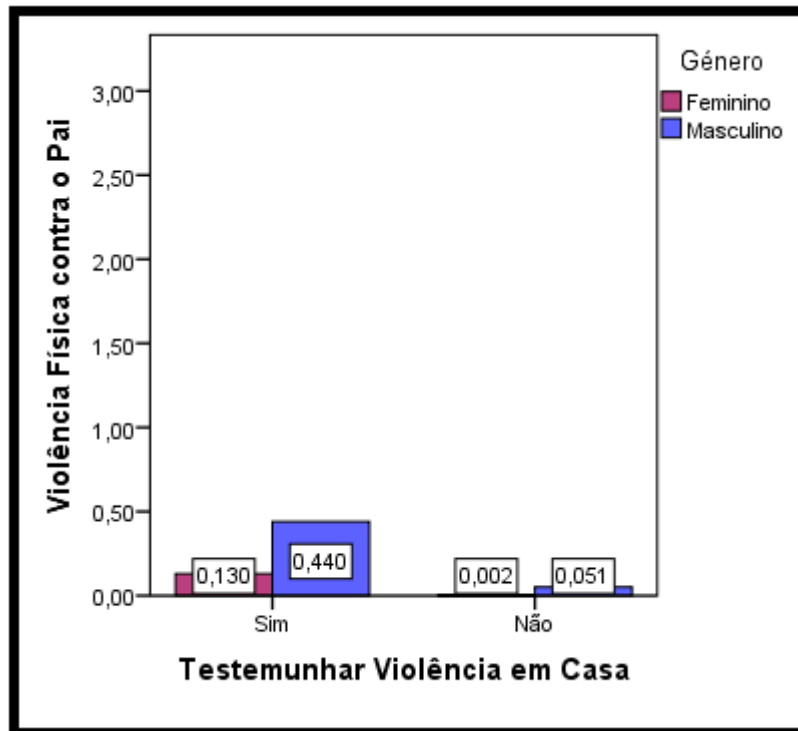


Figura 5: Gráfico de Frequências da Violência Física contra o Pai segundo o Gênero e o Testemunhar Violência

Relativamente à **hipótese 2** “Existem diferenças significativas ao nível da violência psicológica e física contra a mãe e o pai, entre os jovens que consumiram álcool e os que não consumiram álcool”, o principal objectivo centra-se em perceber se os jovens que tinham consumido álcool teriam uma maior probabilidade de exercerem violência, física e/ou psicológica, contra ambos os progenitores, quando comparados com os jovens que não apresentavam qualquer indício de consumo de álcool. Assim, optou-se pela realização do teste T-Student e a partir desta análise, os nossos resultados mostraram que há diferenças estatisticamente significativas entre os jovens que tinham consumido álcool e os jovens que não tinham consumido álcool, tanto ao nível da violência psicológica contra a mãe ($t(239) = 4,212$; $p = 0,000$) e pai ($t(239) = 3,154$; $p = 0,002$), como ao nível da violência física contra a mãe ($t(239) = 2,482$; $p = 0,014$).

As médias permitem-nos concluir que os jovens que apresentam maiores níveis de consumo de álcool, apresentam também maiores níveis de violência psicológica contra a mãe ($M = 0,979$; $DP = 0,716$) e o pai ($M = 0,903$; $DP = 0,723$) e maiores níveis de violência física contra a mãe ($M = 0,121$; $DP = 0,468$), quando comparados com os jovens que não apresentam qualquer

consumo de álcool, isto é, os jovens que não consomem álcool apresentam menores níveis de violência psicológica contra a mãe ($M= 0,632$; $DP=0,551$) e pai ($M= 0,618$; $DP= 0,584$) e menores níveis de violência física contra a mãe ($M= 0,121$; $DP= 0,468$). Já no que diz respeito ao exercício de violência física contra o pai, não há evidência de diferenças estatisticamente significativas entre os adolescentes que consomem ($M=0,067$; $DP=0,341$) e não consomem álcool ($M=0,033$; $DP=0,215$) ($t(239) = 0,863$; $p=0,389$).

Quanto à **hipótese 3** “Quanto maiores os níveis de violência filio-parental (psicológica e física) contra a mãe e o pai, maior a ideação suicida apresentada pelo jovem”, optou-se por realizar Correlações de Pearson no sentido de analisar a relação entre a ideação suicida e a violência filio-parental. Os nossos resultados mostraram que a *Ideação Suicida* se encontra positivamente correlacionada com a violência psicológica contra a mãe ($r=0,437$; $p=0,000$) e contra o pai ($r=0,377$; $p=0,000$) e ainda com a violência física contra a mãe ($r=0,255$; $p=0,000$) e contra o pai ($r=0,273$; $p=0,000$), indicando que os jovens que apresentam maiores níveis de violência filio-parental (psicológica e física) contra ambos os progenitores apresentam também maior ideação suicida (Tabela 8).

Foram ainda encontradas relações estatisticamente significativas entre as diversas formas de *Violência Filio-parental*, por exemplo, a violência psicológica exercida contra a mãe encontra-se positivamente correlacionada com a violência física contra a mãe ($r=0,491$; $p=0,000$) e contra o pai ($r=0,364$; $p=0,000$), encontrando-se ainda uma forte associação com a violência psicológica contra o pai ($r=0,730$; $p=0,000$), indicando que quanto maiores os níveis de violência psicológica contra a mãe, maiores os níveis de violência psicológica contra o pai e maiores os níveis de violência física contra ambos os progenitores. Já a violência física contra o pai está fortemente associada à violência física contra a mãe ($r=0,680$; $p=0,000$), levando-nos a concluir que a violência filio-parental contra o pai está associada à violência filio-parental contra a mãe e vice-versa (Tabela 8).

Tabela 8: Matriz Correlacional entre a Coesão, Flexibilidade e Comunicação Familiar, a Violência Filioparental (Física e Psicológica) e a Ideação Suicida

	I.	II.	III.	IV.	V.	VI.	VII.	VIII.
I. Coesão	-							
II. Flexibilidade	,356**	-						
III. Comunicação	,724**	,449**	-					
IV. Violência Psicológica Mãe	-,134*	-,189**	-,320**	-				
V. Violência Física Mãe	-,227**	-,155*	-,317**	,491**	-			
VI. Violência Psicológica Pai	-,129*	-,188**	-,250**	,730**	,386**	-		
VII. Violência Física Pai	-,193**	-,155*	-,291**	,364**	,680**	,433**	-	
VIII. Ideação Suicida	-,220**	-,196**	-,288**	,437**	,255**	,377**	,273**	-

** . $p < .01$; * . $p < .05$

Relativamente à nossa **hipótese 4** “Nos adolescentes, o funcionamento familiar (coesão, flexibilidade e comunicação), está correlacionado negativamente com a violência filio-parental e com a ideação suicida”, optou-se igualmente por realizar Correlações de Pearson, no sentido de compreendermos a relação entre as diferentes variáveis em estudo.

A partir dos nossos resultados verificou-se que todas as variáveis analisadas estão significativamente correlacionadas entre si, embora umas de forma positiva e outras de forma negativa. Começando pela *Ideação Suicida*, concluiu-se que esta se encontra estatisticamente correlacionada, embora de forma negativa, com as principais dimensões do funcionamento familiar, nomeadamente com a coesão ($r = -0,220$; $p = 0,001$), flexibilidade ($r = -0,196$; $p = 0,002$) e comunicação ($r = -0,288$; $p = 0,000$), levando-nos a concluir que nas famílias em que os níveis de coesão, flexibilidade e comunicação são mais disfuncionais, os jovens apresentam também maior ideação suicida. A Ideação Suicida também se encontra positivamente correlacionada com as diversas formas de violência filio-parental, física e psicológica, tal como é possível observar na hipótese anterior (*Hipótese 3*).

Já no que diz respeito às principais dimensões do *Funcionamento Familiar* (coesão, flexibilidade e comunicação) foram encontradas relações estatisticamente significativas, embora de forma negativa, entre estas e as diversas formas de violência filio-parental. A *Coesão* encontra-se assim estatisticamente correlacionada com a violência física exercida contra a mãe ($r = -0,227$; $p = 0,000$) e contra o pai ($r = -0,193$; $p = 0,003$) e com a violência psicológica contra a mãe ($r = -0,134$; $p = 0,039$) e contra o pai ($r = -0,129$; $p = 0,049$). Em relação à dimensão *Flexibilidade*, esta também se encontra estatisticamente correlacionada com a violência

psicológica exercida contra a mãe ($r=-0,189$; $p=0,003$) e contra o pai ($r=-0,188$; $p=0,004$) e com a violência física contra a mãe ($r=-0,155$; $p=0,016$) e contra o pai ($r=-0,155$; $p=0,018$). Por fim, no que diz respeito, à dimensão *Comunicação*, esta encontra-se estatisticamente correlacionada com a violência psicológica contra a mãe ($r=-0,320$; $p=0,000$) e contra o pai ($r=-0,250$; $p=0,000$), bem como com a violência física contra a mãe ($r=-0,317$; $p=0,000$) e contra o pai ($r=-0,291$; $p=0,000$). Assim sendo, tendo em conta os resultados apresentados anteriormente, é possível afirmar que quanto mais disfuncionais forem os sistemas familiares, isto é, quanto mais disfuncionais forem os níveis de coesão, flexibilidade e comunicação familiar, maiores os níveis de violência, física e psicológica, que os jovens vão exercer sobre os seus pais e maior a ideia suicida apresentada por parte desses mesmos jovens (Tabela 8).

DISCUSSÃO

Numa linha geral de análise, os resultados deste estudo demonstram como o sistema familiar se relaciona de forma linear com a violência filiofamiliar, na medida em que, quanto menor a coesão e a comunicação familiar, e maior a flexibilidade familiar (sistemas familiares desequilibrados), maior a probabilidade de surgirem comportamentos violentos por parte dos adolescentes contra os seus progenitores. Os jovens que apresentam maiores níveis de violência filiofamiliar apresentam também maior ideação suicida. Verificou-se ainda que os jovens que testemunharam violência em casa, em média, apresentam mais comportamentos violentos contra os seus pais quando comparados com os jovens que não foram expostos a qualquer tipo de violência. Por exemplo, os jovens que testemunharam violência em casa têm tendência a exercer mais violência física e psicológica contra as suas mães, sendo que o género dos jovens apenas tem efeito na violência física exercida contra a mãe. Por outro lado, tanto o género dos jovens como o facto de estes terem sido expostos à violência em casa tem efeito na violência física exercida contra o pai. Os jovens que apresentam um maior consumo de álcool apresentam também maior violência psicológica contra ambos os progenitores e maior violência física contra a mãe.

Violência Filiofamiliar, Testemunhar Violência em Casa e Género dos Jovens Agressores

No decorrer da análise da primeira hipótese, tentou-se compreender as implicações que a exposição à violência familiar e o género dos adolescentes tinham nos níveis de violência filiofamiliar, tanto contra a mãe como contra o pai, de modo a colmatar a falha que existe na literatura acerca desta temática. Esta falha identificada deve-se ao facto de os estudos já publicados se centrarem, na sua grande maioria, no impacto que a exposição à violência familiar tem no comportamento futuro dos adolescentes face aos seus progenitores, mas o impacto dessa exposição na violência filiofamiliar em função do género ainda é um pouco descurada. Neste trabalho, pretendemos clarificar esta relação entre a violência familiar-violência filiofamiliar, abordando-a tendo em consideração as diferenças de género quer da vítima, quer do jovem agressor.

Assim, ao analisarmos a nossa primeira hipótese concluímos que testemunhar violência em casa tem um efeito significativo na violência psicológica exercida pelos jovens tanto contra a mãe como contra o pai, no entanto, não conseguimos provar qualquer efeito entre o género

dos jovens e o testemunhar violência em casa. Foi ainda possível concluir que tanto o género dos jovens como o facto de estes terem ou não testemunhado violência em casa vão influenciar os níveis de violência física exercidas, quer contra a mãe quer contra o pai. Os resultados obtidos vão assim ao encontro dos estudos realizados por Coogan (2011) e por Gámez-Guadix e Calvete (2012) que já tinham tentado estudar a relação entre a frequente exposição à violência e a violência filio-parental, concluindo que, os adolescentes que agrediam os seus progenitores, quer física quer psicologicamente, haviam sido mais expostos à violência familiar quando comparados com os adolescentes que não tinham sido expostos a qualquer tipo de violência familiar. Outros autores, como Ibabe e Jaureguizar (2011) defendem que apesar de já ser conhecida a relação entre a violência de pais a filhos e a violência filio-parental, não há nenhum estudo que analise o impacto da exposição à violência familiar na violência filio-parental em função do género.

A literatura existente sobre a relação entre a exposição à violência e o género dos adolescentes na violência filio-parental, ainda que escassa, é discordante. Se, por um lado, autores como Langhinrichsen-Rohling e Neidig (1995 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011) concluíram que existem diferenças de género na forma como a exposição à violência familiar influencia os filhos, na medida em que, os rapazes são mais propensos a serem fisicamente abusivos e as raparigas a serem verbalmente mais abusivas com os seus pais, por outro lado, autores como Boxer et al. (2009) concluíram que os jovens são mais propensos a aprenderem a comportarem-se de forma agressiva com o seu progenitor do mesmo sexo. Assim, os resultados do presente estudo vão ao encontro dos trabalhos desenvolvidos por Ibabe e Jaureguizar (2011), na medida em que, conseguimos demonstrar a relação entre a exposição à violência familiar e o aumento dos níveis de violência filio-parental, mas não conseguimos demonstrar o impacto dessa relação em função do género dos jovens agressores, refutando em parte a nossa hipótese inicial. Estes resultados permitem-nos uma explicação do aumento dos níveis de violência filio-parental em função da exposição à violência familiar à luz da teoria da aprendizagem social, demonstrando que os jovens que testemunham frequentemente violência nas suas próprias casas, por exemplo, entre os seus pais, têm uma maior probabilidade de virem a reproduzir os comportamentos frequentemente observados e de se tornarem violentos com os seus progenitores, isto é, há uma tendência para haver uma repetição do padrão do comportamento violento.

De um ponto de vista mais transgeracional, é de salientar ainda a forma como os jovens agressores vão aprender a violência em contexto de socialização da própria família. Queremos

com isto dizer que se numa família os níveis de violência são elevados, essa exposição à violência vai influenciar os filhos a exercerem também eles violência sobre os seus progenitores, havendo assim um “ciclo de violência” familiar. Por outras palavras, quanto maiores forem os níveis de violência testemunhados pelos jovens em casa, maior a probabilidade destes mesmos jovens virem a adoptar esses mesmos comportamentos violentos (Widom, 1989).

Violência Filioparental e Consumo de Álcool

Na nossa segunda hipótese, procurou perceber-se a relação entre o consumo de álcool e os níveis de violência, física e psicológica, contra os pais. Assim, ao analisarmos a nossa hipótese concluímos que há evidência de diferenças estatisticamente significativas entre os jovens que tinham consumido álcool e os jovens que não tinham consumido álcool, tanto ao nível da violência psicológica contra a mãe e o pai, bem como ao nível da violência física contra a mãe, no entanto, não conseguimos provar a existência de qualquer relação entre o consumo de álcool e a existência de violência física contra o pai. Os resultados referentes a esta nossa segunda hipótese mostram que os jovens que exercem maiores níveis de violência psicológica contra ambos os progenitores e maiores níveis de violência física contra a mãe apresentam também maiores níveis de consumo de álcool. Assim, os jovens que não consomem álcool apresentam um comportamento menos disfuncional com os seus pais, comparativamente aos jovens que tenham consumido álcool.

Os resultados obtidos vão assim ao encontro dos estudos realizados por diversos autores (Evans & Warren-Sohlberg, 1988; Cottrell & Monk, 2004; Ellickson & McGuigan, 2000; Jackson, 2003; Pagani *et al.*, 2004 cit. por Ibabe *et al.*, 2013 e Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Coogan, 2011; Estévez & Góngora, 2009), que já tinham tentado estudar a relação entre o consumo de álcool e drogas com a violência filioparental, concluindo que, o abuso do álcool foi considerado um problema coexistente com o maltrato, verificando ainda que a violência filioparental surgia com mais frequência devido às discussões entre os adolescentes e os seus progenitores, na maior parte das vezes, acerca de questões relacionadas com próprio o abuso do álcool e outras substâncias. Outros autores, como Bobic (2002 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014) defendem que apesar de haver vários estudos que referem o álcool e as substâncias psicoactivas como uma das principais causas da violência filioparental, nenhum desses mesmos estudos aprofunda esta associação, enquanto autores como García de Galdeano e González

(2007) defendem que mesmo que o abuso de álcool e substâncias psicoactivas influenciem o aparecimento de comportamentos violentos, este tipo de consumos não são a origem desses mesmos comportamentos.

A literatura existente sobre a relação do consumo de álcool com a violência filiofamiliar é por vezes, discordante. Se, por um lado, alguns autores (Harbin & Madden, 1979; Rechea *et al.*, 2008; Sempere *et al.*, 2007 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014; Walsh & Krienert, 2007) concluíram que a grande maioria dos jovens que tinham comportamentos violentos para com os seus progenitores haviam consumido álcool ou substâncias psicoactivas antes de terem esses mesmos comportamentos, por outro lado, autores como Rechea e Cuervo (2009 cit. por Aroca-Montolío *et al.*, 2014) concluíram que muitos dos jovens só haviam começado a consumir álcool e outras substâncias psicoactivas depois de iniciarem os maus-tratos contra os seus pais.

Estes resultados permitem-nos uma explicação para o aumento dos níveis de violência filiofamiliar em função do consumo de álcool, demonstrando que quanto mais baixos forem os níveis de apoio parental, como a confiança, a compreensão, a percepção parental, entre outros, maior a probabilidade de haver um aumento do consumo de álcool por parte dos jovens e, conseqüentemente, um aumento dos níveis de violência filiofamiliar contra ambos os progenitores. No entanto, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os jovens que tinham consumido álcool e os jovens que não tinham consumido álcool ao nível da violência física contra o pai, provavelmente porque o consumo de álcool não afecta tanto os jovens ao ponto de estes manifestarem comportamentos violentos, principalmente físicos com os seus pais, na medida em que, estes também não são alvos tão fáceis como as mães, devido à fragilidade natural que as mulheres apresentam.

Violência Filiofamiliar (Física e Psicológica), Ideação Suicida e Funcionamento Familiar (Coesão, Flexibilidade e Comunicação)

Por último, tínhamos ainda levantado uma terceira e quarta hipóteses, onde tentávamos explorar a relação estabelecida entre as três principais variáveis em estudo, ou seja, a Violência Filiofamiliar (física e psicológica), o Funcionamento Familiar (coesão, flexibilidade e comunicação) e a Ideação Suicida, de modo a colmatar a falha que existe na literatura acerca desta temática. Esta falha identificada deve-se ao facto de os estudos já publicados não relacionarem as três variáveis analisadas, na medida em que, os poucos estudos, quer nacionais quer internacionais, realizados até então sobre a presente temática, se centram apenas na relação

entre duas destas variáveis, por exemplo, na relação entre o funcionamento familiar e a ideação suicida, ou na relação entre o funcionamento familiar e a violência filiofamiliar.

Assim, ao analisarmos e confirmarmos as nossas duas últimas hipóteses concluímos que quanto mais disfuncionais forem os sistemas familiares, isto é, quanto mais disfuncionais forem os níveis de coesão, flexibilidade e comunicação familiar, maiores os níveis de violência, física e psicológica, que os jovens vão exercer sobre os seus pais e maior a ideação suicida apresentada por parte destes mesmos jovens. Foi ainda possível concluir que as diferentes formas de violência filiofamiliar se encontram correlacionadas umas com as outras, por exemplo, quanto maiores os níveis de violência psicológica contra a mãe, maiores os níveis de violência psicológica contra o pai e maiores os níveis de violência física contra ambos os progenitores. Os resultados obtidos vão assim ao encontro dos estudos realizados por Ferreira e Castela (1999), Werlang *et al.* (2005) e por Gonçalves *et al.* (2011), que defendem que existem factores, considerados factores de risco, que contribuem para o aparecimento de comportamentos suicidários, como a violência no seio familiar, a ausência de suporte e apoio familiar, padrões de vinculação inseguros, instabilidade familiar, entre outros. Outros autores, como Ibabe *et al.* (2007) defendem que existem estilos parentais que contribuem ou facilitam o aparecimento da violência filiofamiliar, nomeadamente, o estilo autoritário, o permissivo-liberal e o negligente-ausente, uma vez que, todos estes estilos parentais são característicos de funcionamentos familiares disfuncionais, com níveis de coesão, flexibilidade e comunicação desequilibrados.

Para tentar compreender estes resultados lembramos o que a literatura refere quanto à entrada de um dos elementos da família na adolescência. Como vimos anteriormente, este é um período de crise acentuado, não só para o próprio adolescente como também para todo o sistema familiar, sendo este período marcado por momentos de desequilíbrio e de instabilidade. É, normalmente, na adolescência que surgem as principais dificuldades relacionais, principalmente ao nível da comunicação familiar, demonstrando que quando as capacidades comunicacionais são fracas e disfuncionais, há uma maior probabilidade de começarem a surgir os conflitos entre pais e filhos e, conseqüentemente, a violência filiofamiliar, pois os jovens agressores consideram que as suas opiniões e ideias não têm o mesmo valor e importância que a dos restantes membros da família, sentindo-se assim desvalorizados e colocados de parte em relação ao sistema familiar. Tudo isto contribui também para o aumento da ideação suicida por parte dos jovens agressores, uma vez que, quando os sistemas familiares são disfuncionais a probabilidade de haver um aumento dos níveis de violência, quer física quer psicológica, contra os progenitores é maior, pois a violência pode surgir como uma forma de defesa ou retaliação,

ou ainda como uma forma de o adolescente se tentar impor na sua própria família. Os sentimentos de desvalorização, de baixa auto-estima, a insegurança e a tendência para o agir, característicos da adolescência e dos funcionamentos familiares disfuncionais contribuem também para o aumento da ideação suicida.

Os resultados do presente estudo vão assim ao encontro dos trabalhos desenvolvidos por Tercero e Menna (2009), na medida em que, conseguimos demonstrar que existe uma relação entre os sistemas familiares mais disfuncionais e o aumento dos níveis de violência filio-parental e de ideação suicida. Também Baezconde-Garbanati *et al.* (2010) demonstram que o contexto familiar tem um elevado grau de influência sobre o adolescente e sobre os aspectos do funcionamento familiar, no que diz respeito, ao desenvolvimento de comportamentos violentos e desajustados, tal como verificámos nos nossos resultados.

Considerações Finais, Limitações e Propostas para Estudos Futuros

O tema abordado no presente estudo, para além de ser actual e frequente, é ainda pouco estudado pela literatura nacional e internacional, algo que pode ser justificado, pela facto deste ser ainda considerado “tabu” na sociedade actual, havendo um grande secretismo em redor desta temática por causa da vergonha e pelo medo ou receio de represálias, que a denúncia do mesmo pode acarretar. Assim sendo, o objectivo deste estudo centra-se em perceber a relação entre o funcionamento familiar (coesão, flexibilidade e comunicação), a violência filio-parental (física e psicológica) e a ideação suicida, e como tal, consideramos que este estudo pode ser assim uma mais-valia, na medida em que ajuda a compreender a relação entre todas estas variáveis. De uma forma mais particular, consideramos que conseguimos demonstrar que é possível a relação entre a violência filio-parental e a ideação suicida por parte dos jovens agressores, o que se revelou uma mais-valia, quer na compreensão das consequências da violência filio-parental não para as vítimas como já foi estudado na literatura internacional, mas sim para os próprios jovens agressores, quer na compreensão do papel familiar não só na violência filio-parental como também na ideação suicida.

Contudo, importa também analisar algumas das suas principais limitações. Assim, podemos começar por apontar o facto de as variáveis em estudo terem sido obtidas, exclusivamente, através de métodos de auto-relato, onde era o próprio adolescente que descrevia os seus comportamentos, atitudes e ambiente familiar, revelando-nos apenas a sua percepção sobre estes factos, o que pode constituir uma visão algo limitada da realidade em estudo. Uma outra limitação que podemos destacar são as condições e o ambiente em que o

instrumento foi aplicado, na medida em que este por se aplicado em contexto de sala de aula junto dos colegas de turma e por ter questões delicadas sobre o funcionamento familiar e sobre os seus comportamentos, pode influenciar as respostas dadas pelos adolescentes, e estas podem não traduzir resultados tão fidedignos como os esperados.

Por fim, em investigações futuras seria importante que a família fosse explorada tendo em conta a percepção de outros membros do sistema familiar para além do jovem em estudo, isto porque, por exemplo, a percepção do pai e da mãe sobre o próprio sistema familiar e sobre a violência filio-parental permitiria uma avaliação global mais rica e mais próxima da realidade, vendo o sistema como um todo e não como uma percepção individual. Consideramos ainda pertinente realizar um estudo semelhante numa população mais específica, isto é, numa população em que os comportamentos desajustados e violentos sejam mais acentuados e constantes, de modo a verificar se os valores registados se apresentariam mais elevados e significativos, e ainda se iriam traduzir uma realidade diferente da verificada no presente estudo.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, M. (2008). (Des) equilíbrios familiares: uma visão sistémica. (3ª Ed.) *Psicologia Clínica e Psiquiatria*. Coimbra, Portugal.
- Alves, C. (2005). Violência doméstica. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Aroca – Montolío, C., Leonhardt, P. & Robles, J. (2012). Características de las familias que sufren violencia filio-parental: un estudio de revisión. *Educatio Siglo XXI*, 30 (2), 231-254.
- Aroca – Montolío, C. (2013). La violencia de hijos adolescentes contra sus progenitores. *Revistasobre la infância y adolescência*, 5, 12-30.
- Aroca – Montolío, C., Moledo, M. & Pérez, C. (2014). La violencia filio-parental: un análisis de sus claves. *Anales de Psicología*, 1 (30), 157-170.
- Azevedo, A. & Matos, A. (2014). Ideação suicida e sintomatologia depressiva em adolescentes. *Psicologia, Saúde e Doença*, 15 (1), 180-191.
- Baezconde-Garbanati, L., Chou, C., Duan, L., Pokherl, C., Ritt-Olson, A. & Soto, D. (2010). Associations between family structure, family functioning and substance use among hispanic/latino adolescents. *Psychology of Addictive Behaviors*, 24 (1), 98-108.
- Borges, V. & Werlang, B. (2005). Estudo de ideação suicida em adolescentes de 13 e 19 anos. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 7 (2), 195-209.
- Boxer, P., Gullan, R. & Mahoney, A. (2009). Adolescents' physical aggression toward parents in a clinical-referred sample. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 30 (1), 106-116.
- Calvete, E., Gámez-Guadix, M., Orue, I., González-Diez, Z., Lopez de Arroyabe, E., Sampedro, R., *et al.* (2013). Brief report: The Adolescent Child-to-Parent Aggression

- Questionnaire: An examination of aggression against parents in Spanish adolescents. *Journal of Adolescence*, 36, 1077-1081.
- Coogan, D. (2011). Child-to-parent violence: challenging perspectives on family violence. *Child Care in Practice*, 17 (4), 347-358.
- Corsi, J. (1995). Violencia familiar, una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social. (2ª Ed.), Buenos Aires, Paidós.
- Edenborough, M., Jackson, D., Mannix, J. & Wilkes, L. (2008). Living in the red zone: the experience of mother-to-child violence. *Child and Family Social Work*, 13, 464- 473.
- Ellickson, P. & McGuigan, K. (2000). Early predictors of adolescent violence. *American Journal of Public Health*, 90, 566-572.
- Erikson, E. (1972). *Identidade: Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Emler, N. & Reicher, S. (1995). *Adolescence and Delinquency*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Estévez, E. & Góngora, J. (2009). Adolescent aggression towards parents: factors associated and intervention proposals. ISBN: 978-1-60741-583-1, 143-164.
- Ferreira, J. & Castela, M. (1999). Questionário de ideação suicida (Q.I.S). In M. R. Simões, Gonçalves, & Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (vol.II), 123-130. Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais, Lda.
- Freud, S. (1996). Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. In: S. Freud (Compil.), *Sigmund Freud: 1901-1905 – Um Caso de Histeria, Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade e Outros Trabalhos*, 7, 119-229. Rio de Janeiro: Imago.
- Gammer, C. & Cabié, M. (1999). *Adolescência e Crise Familiar*. Lisboa: Climepsi.
- Gámez-Guadix, M. & Calvete, E. (2012). Violencia filio-parental y su asociación con la exposición a la violencia marital y la agresión de padres a hijos. *Psicothema*, 2 (24), 277-283.
- García de Galdeano, P. & González, M. (2007). Madres agredidas por sus hijos/as. *Guía de recomendaciones prácticas para profesionales*. Diputación Foral de Vizcaya.

- Gelles, R. & Straus, M. (1988). *Intimate violence: the causes and consequences of abuse in the american family*. Nueva York: Simon & Schuster.
- Gómez, E. & De Paúl, J. (2003). La transmisión intergeneracional del maltrato físico infantil: estudio en dos generaciones. *Psicothema*, 15, 452-457.
- Gonçalves, A., Freitas, P. & Sequeira, C. (2011). Comportamentos suicidários em estudantes do ensino superior: factores de risco e de protecção. *Millenium*, 40, 149-159.
- Gouveia-Pereira, M. (2008). *Percepções de justiça na adolescência: a escola e a legitimação das autoridades institucionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Ibabe, I., Jaureguizar, J. & Díaz, O. (2007). *Violencia filio-parental: conductas violentas de jóvenes hacia sus padres*. Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Ibabe, I. & Jaureguizar, J. (2011). ¿Hasta qué punto la violencia filio-parental es bidireccional? *Anales de Psicología*, 2 (27), 265-277.
- Ibabe, I., Jaureguizar, J. & Bentler, P. (2013). Risk factors for child-to-parent violence. *Journal Family Violence*, 28, 523-534.
- Kennedy, T., Edmonds, W., Dann, K. & Burnett, K. (2010). The clinical and adaptive features of young offenders with histories of child-parent violence. *Journal Family Violence*, 25, 509-520.
- Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso: respostas simples para questões complexas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marco, M. (2013). La violencia filio-parental: cuando los hijos dominan a los padres. *Inteligencia emocional aplicada a las dificultades de aprendizaje: experiencias positivas de intervención educativa y superación*, 8, 138-150.

- Marôco, J. (2010). *Análise estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)* (4ª Ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Minuchin, S. (1979). *Familles en thérapie*. Paris: J.P. Delarge.
- Minuchin, S. (1988). *Famílias, Funcionamento e Tratamento*. São Paulo: Artes Médicas.
- Montero Gómez, A. (2006). Adolescencia y violencia. *Adolescencia y comportamiento de género. Revista de estudios de juventud*, 73 (6), 109-116.
- Moreira, E. (2014). El contexto familiar como factor fundamental en la violencia filio parental. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 5 (1), 267-275. Lisboa.
- Narvaz, M. & Koller, S. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37 (1), 7-13.
- Nock, M. & Kazdin, A. (2002). Parent-directed physical aggression by clinic-referred youths. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 31 (2), 193-205.
- Olson, D., Russell, C. & Sprenkle, D. (1989). *Circumplex model: systemic assessment and treatment of families*. New York: Haworth Press.
- Olson, D. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Olson D. & Gorall D. (2003). Circumplex model of marital and family systems, *Journal of Family Therapy*, 22 144-167.
- Olson, D. (2011). FACES IV and the circumplex model: validation study. *Journal of Marital & Family Therapy*, 3, 64-80.
- Omer, H. (2004). *Nonviolent Resistance. A New Approach to Violent and Self-Destructive Children*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- OMS (2002): Informe mundial sobre la violencia y la salud.

- OMS (2002). Relatório Mundial da Saúde 2001: *Saúde Mental: Nova compreensão, Nova Esperança*. 1ªEd. Lisboa: Direcção Geral de Saúde.
- Osório, L. C. (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pantoja, L. (2005). *Los menores vulnerables y su relación con las drogas*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Patró Hernández, R. & Limiñana Gras, R. M. (2005). Víctimas de violencia familiar: consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *Anales de Psicología*, 21 (1), 11-17.
- Pesce, R. (2009). Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: uma revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (2), 507-518.
- Pons-Salvador, G. & Del Barrio, V. (1995). El efecto del divorcio sobre la ansiedad de los hijos. *Psicothema*, 7 (3), 489-497.
- Prince, J. (1995). *Power e compassion: work with difficult adolescents and abused parents*. The Guilford Press: New York.
- Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da Família: Perspectiva Sistémica*. Porto: Afrontamento.
- Relvas, P. (1996). A co-construção da hipótese sistémica em terapia familiar. *Análise Psicológica*, 4 (14), 563-579.
- Ribeiro, M., Ferriani, M. & Reis, J. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Caderno de Saúde Pública*, 20 (2), 456-464.
- Sampaio, D. (1991). *Ninguém morre sozinho*. Lisboa: Caminho.
- Sampaio, D. (1994). *Vozes e Ruídos: Diálogos com Adolescentes*, 4. Lisboa: Caminho.

- Sampaio, D. & Gameiro, J. (1985). *Terapia Familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sampaio, D. & Gameiro, J. (2005). *Terapia Familiar*, 6. Porto: Afrontamento.
- Sampaio, D. (2006). *Lavrar o Mar: um novo olhar sobre o relacionamento entre pais e filhos*. Lisboa: Caminho.
- Schmidt, B., Schneider, D. & Crepaldi, M. (2011). Abordagem da violência familiar pelos serviços de saúde: contribuições do pensamento sistémico. *Psico*, 42 (3), 328-336.
- Straus, M. & Hotaling, G. (1980). *The social cause of husband-wife violence*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Tercero, R. & Menna, L. (2009). Una comprensión ecológica de la violencia filio parental. *Redes*, 21, 69-90.
- Ulman, A. & Straus, M. (2003). Violence by children against mothers in relation to violence between parents and corporal punishment by parents. *Journal of Comparative Family Studies*, 34, 41-60.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. Madureira Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Vilar Torres, P., Luengo Martín, M., Gómez Fraguera, J. & Romero Triñanes, E. (2003). Una propuesta de evaluación de variables familiares en la prevención de la conducta problema en la adolescencia. *Psicothema*, 15 (4), 581-588.
- Walsh, J. & Krienert, J. (2007). Child-Parent violence: an empirical analysis of offender, victim and event characteristics in a national sample of reported incidents. *Journal Family Violence*, 22 (5), 563-574.
- Watzlawick, P., Beavin, J. & Jackson, D. (1993). *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix.
- Werlang, B., Borges, V. & Fensterseifer, L. (2005). Factores de risco ou protecção para a presença de ideação suicida na adolescência. *Interamerican Journal of Psychology*, 39 (2), 259-266.
- Widom, C. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244 (4901), 160.

ANEXOS

Anexo A: Autorização para as Escolas



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

À Direcção

Do Agrupamento de Escolas _____

Excelentíssimos Senhores,

No âmbito da Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica do 5º ano, os alunos do ISPA – Instituto Universitário, têm de desenvolver um trabalho que tem uma componente prática de investigação.

Com o objectivo de recolher dados para o referido trabalho, subordinado ao tema: “*O impacto do funcionamento familiar na vida das famílias!*” vimos por este meio solicitar o apoio para que a nossa aluna Andreia Sofia Caneca Vilela (nº 19708), possa levar a bom termo a sua investigação e realização.

Antecipadamente gratos pela atenção dispensada, subscrevemo-nos atenciosamente.

Lisboa, 5 de Março de 2015


(Prof. Doutora Maria Gouveia-Pereira)

Anexo B: Autorização para os Encarregados de Educação



Caros Encarregados de Educação,

No âmbito da Dissertação de Mestrado realizada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário (ISPA – IU), a aluna Andreia Sofia Vilela do 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, orientada pela Profª. Dra. Maria Gouveia-Pereira vem por este meio convidar o seu educando a participar nesta mesma investigação, tendo como objectivo estudar o impacto do funcionamento familiar na vida das famílias.

Esta investigação não acarreta quaisquer recompensas ou custos para quem nela participar, nem traz qualquer tipo de riscos físicos e psicológicos. A sua participação é voluntária, anónima e gratuita. A integridade e identidade dos participantes é preservada e o investigador obedecerá ao sigilo profissional, sendo os dados recolhidos utilizados exclusivamente para a presente investigação.

Pode autorizar a participação do seu educando nesta investigação através da assinatura de autorização que se segue.

.....

Eu, _____ Encarregado de Educação do(a) aluno(a) _____, nº _____ turma _____, autorizo o meu educando a participar na investigação sobre o impacto do funcionamento familiar na vida das famílias realizada por Andreia Sofia Vilela, aluna de 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, no ISPA-IU. Declaro que fui informado sobre os objetivos e procedimentos a serem garantidos, assim como a confidencialidade e anonimato da presente investigação.

_____ Data ____/____/____
Assinatura do Encarregado de Educação

_____ Data ____/____/____
Assinatura do(a) investigador(a)

***Nota: Preencher, cortar pelo picotado e entregar ao professor responsável**

Anexo C: Questionário Preenchido pelos Adolescentes



Convido-te a participar neste estudo, através do preenchimento de um questionário que irás encontrar nas páginas seguintes de duração aproximada de 10-15 minutos. A tua participação é de elevada importância para que se possa conhecer de forma objectiva e abrangente como é que o funcionamento familiar pode ou não influenciar a vida das famílias e dos respectivos adolescentes.

Este é um instrumento que, como já mencionado anteriormente, tem como objetivo analisar o funcionamento familiar para uma tese de mestrado. Os dados obtidos são **completamente anónimos e confidenciais**.

Gostaria agora que pensasses na tua família (com quem vives). Já pensaste?

Escolhe (assinalando com um **X**) a opção para cada afirmação que melhor corresponde ao que acontece na tua família.

	1. Discordo Fortemente	2. Discordo	3. Não concordo nem discordo	4. Concordo	5. Concordo Fortemente
Os membros da minha família estão envolvidos nas vidas uns dos outros.					
A minha família tenta novas formas de lidar com os problemas.					
Nós damos-nos melhor com pessoas de fora da nossa família do que com as de dentro.					
Nós passamos “demasiado” tempo juntos.					
Na nossa família, há consequências rigorosas para quem quebra as regras.					
Na nossa família, parece que nunca nos conseguimos organizar.					
Os membros da minha família sentem-se muito próximos uns dos outros.					
Os pais partilham a liderança na nossa família.					
Os membros da minha família parecem evitar o contacto uns com os outros quando estão em casa.					
Os membros da minha família sentem-se pressionados a passarem juntos a maior parte do seu tempo livre.					

	1. Discordo Fortemente	2. Discordo	3. Não concordo nem discordo	4. Concordo	5. Concordo Fortemente
Existem conseqüências claras quando um membro da minha família faz alguma coisa errada.					
É difícil saber quem é o líder da nossa família.					
Os membros da minha família apoiam-se uns aos outros durante tempos difíceis.					
Na nossa família a disciplina/regras são justas.					
Os membros da minha família sabem muito pouco acerca dos amigos dos outros membros da família.					
Os membros da minha família são demasiado dependentes uns dos outros.					
Na nossa família há uma regra para quase todas as situações.					
Na nossa família as coisas (tarefas/actividades) não são feitas.					
Os membros da minha família consultam/conversam com os outros membros da família sobre decisões importantes.					
Quando necessário, a minha família é capaz de se ajustar à mudança.					
Os membros da minha família “estão por sua conta” quando existe um problema para resolver.					
Os membros da minha família têm pouca necessidade de ter amigos fora da família.					
A nossa família é extremamente organizada.					
Não é claro quem é o responsável por coisas (tarefas, actividades) na nossa família.					

	1. Discordo Fortemente	2. Discordo	3. Não concordo nem discordo	4. Concordo	5. Concordo Fortemente
Os membros da minha família gostam de passar algum do seu tempo livre uns com os outros.					
Na minha família, passamos as responsabilidades domésticas de pessoa para pessoa.					
A minha família raramente faz coisas/actividades em conjunto.					
Na minha família sentimo-nos demasiado ligados uns aos outros.					
A nossa família fica frustrada quando há uma alteração nos nossos planos ou rotinas.					
Não existe liderança na nossa família.					
Apesar de os membros da minha família terem interesses individuais, ainda assim participam em actividades familiares.					
Na nossa família temos regras e papéis claros.					
Os membros da minha família raramente dependem uns dos outros.					
Nós ressentimo-nos quando os membros da família fazem coisas fora da família.					
É importante seguir as regras na nossa família.					
A minha família tem dificuldade em saber quem faz as diferentes tarefas domésticas.					
A nossa família tem um bom equilíbrio entre separação e proximidade, entre uns e outros.					
Quando surgem problemas, nós estabelecemos compromissos.					
Os membros da família funcionam, principalmente, de forma independente.					

	1. Discordo Fortemente	2. Discordo	3. Não concordo nem discordo	4. Concordo	5. Concordo Fortemente
Os membros da família sentem-se culpados se quiserem passar o seu tempo longe da família.					
Quando uma decisão é tomada, é muito difícil modificá-la.					
A nossa família sente-se sobre pressão e desorganizada.					
Os membros da minha família estão satisfeitos com a forma como comunicam uns com os outros.					
Os membros da minha família são muito bons ouvintes.					
Os membros da minha família expressam afectos uns pelos outros.					
Os membros da minha família são capazes de pedir uns aos outros o que querem.					
Os membros da minha família podem calmamente discutir os problemas uns com os outros.					
Os membros da minha família discutem as suas ideias e crenças uns com os outros.					
Quando os membros da minha família fazem perguntas uns sobre os outros, obtêm respostas honestas.					
Os membros da minha família tentam compreender os sentimentos uns dos outros.					
Quando zangados, os membros da minha família raramente referem aspectos negativos acerca uns dos outros.					
Os membros da minha família expressam os seus verdadeiros sentimentos uns aos outros.					

Quão satisfeito está com:	1.Muito Descontente	2. Um Tanto Descontente	3. Geralment e Satisfeito	4. Muito Satisfeito	5. Extremamente Satisfeito
O grau de proximidade entre os membros da família.					
A capacidade da minha família para lidar com o <i>stress</i> .					
A capacidade da minha família para se adaptar.					
A capacidade da minha família para partilhar experiências positivas.					
A qualidade da comunicação entre os membros da minha família.					
A capacidade da minha família para resolver conflitos.					
A quantidade de tempo que passam juntos como família.					
A forma como os problemas são discutidos.					
A justiça das críticas feitas na nossa família.					
A preocupação dos membros da minha família uns com os outros.					

Acabaste de responder a um conjunto de afirmações sobre a tua família, gostaria de saber quem foram os principais familiares em que pensaste.

De seguida irás encontrar algumas afirmações que têm a ver com as relações entre filhos e pais. De acordo com a relação que tens com a tua mãe e o teu pai, e pensando no último ano coloca um **X** no número que corresponde à tua experiência e de acordo com a seguinte escala:

Legenda:

0 = Nunca (isto nunca aconteceu na minha relação com a minha mãe ou pai); **1 = Raramente** (isto aconteceu apenas 1 ou 2 vezes); **2 = Algumas vezes** (isto aconteceu entre 3 a 5 vezes) e **3 = Frequentemente** (isto aconteceu 6 ou mais vezes).

	A tua mãe	O teu pai
Gritaste com a tua mãe/pai quando estavas zangado.	0 1 2 3	0 1 2 3
Ameaçaste bater na tua mãe/pai, embora não o tenhas feito.	0 1 2 3	0 1 2 3
Empurraste ou bateste na tua mãe/pai numa discussão.	0 1 2 3	0 1 2 3
Bateste na tua mãe/pai com algo que a/o pudesse magoar.	0 1 2 3	0 1 2 3
Deste uma bofetada ou bateste na tua mãe/pai.	0 1 2 3	0 1 2 3
Deste pontapés ou murros à tua mãe/pai.	0 1 2 3	0 1 2 3
Fizeste chantagem ou manipulaste a tua mãe/pai para conseguires o que querias.	0 1 2 3	0 1 2 3
Insultaste ou ofendeste a tua mãe/pai.	0 1 2 3	0 1 2 3
Tiraste dinheiro à tua mãe/pai sem a sua permissão.	0 1 2 3	0 1 2 3
Fizeste algo que aborrecesse a tua mãe/pai.	0 1 2 3	0 1 2 3
Desobedeceste a um pedido da tua mãe/pai que fosse importante para ela/ele.	0 1 2 3	0 1 2 3

Se indicaste que **insultaste ou fizeste alguma coisa para aborrecer** a tua mãe ou pai numa das perguntas anteriores, apresenta, por favor, razões para o teres feito.

Se indicaste que **bateste** na tua mãe ou pai numa das perguntas anteriores, apresenta, por favor, razões para o teres feito.

Seguidamente encontras uma lista de 30 itens que reflectem pensamentos que por vezes algumas pessoas podem ter. Assinala com uma cruz (X) a resposta que melhor expressa os teus pensamentos.

Legenda:

1=Nunca; 2=Quase Nunca; 3=Raramente; 4=Às vezes; 5=Freqüentemente; 6=Quase Sempre; 7=Sempre.

	1	2	3	4	5	6	7
Pensei que seria melhor não estar vivo.							
Pensei suicidar-me.							
Pensei na maneira como me suicidaria.							
Pensei quando me suicidaria.							
Pensei em pessoas a morrerem.							
Pensei na morte.							
Pensei no que escrever num bilhete sobre o suicídio.							
Pensei em escrever um testamento.							
Pensei em dizer às pessoas que planeava suicidar-me.							
Pensei que as pessoas estariam mais felizes se eu não estivesse presente.							
Pensei em como as pessoas se sentiriam se me suicidasse.							
Desejei estar morto(a).							
Pensei em como seria fácil acabar com tudo.							
Pensei que suicidar-me resolveria os meus problemas.							
Pensei que os outros ficariam melhor se eu estivesse morto(a).							
Desejei ter coragem para me matar.							
Desejei nunca ter nascido.							
Pensei que se tivesse oportunidade me suicidaria.							
Pensei na maneira como as pessoas se suicidam.							

	1	2	3	4	5	6	7
Pensei em matar-me, mas não o faria.							
Pensei em ter um acidente grave.							
Pensei que a vida não valia a pena.							
Pensei que a minha vida era muito miserável para continuar.							
Pensei que a única maneira de repararem em mim era matar-me.							
Pensei que se me matasse as pessoas se aperceberiam que teria valido a pena preocuparem-se comigo.							
Pensei que ninguém se importava se eu estivesse vivo(a) ou morto(a).							
Pensei em magoar-me mas não em suicidar-me.							
Perguntei-me se teria coragem para me matar.							
Pensei que se as coisas não melhorassem eu matar-me-ia							
Desejei ter o direito de me matar.							

Agora para te conhecer um pouco melhor, peço-te que respondas às questões que se seguem, de acordo com a tua família e com o seu funcionamento familiar.

Idade: _____

Sexo: F M

Nacionalidade: _____

Ano de Escolaridade:

8º Ano 9º Ano 10º Ano 11º Ano 12º Ano

Outro. Qual? _____

Com quem vives?

Pais Pais e Irmãos Só com um dos progenitores. Qual? _____

Avós Outros. Quem? _____

Tens irmãos? Sim Não Quantos?_____ Idades? _____

Contando contigo, quantas pessoas vivem na tua casa?

2 3 4 5 6 7 Outros. _____

Os teus pais estão: juntos ou divorciados ?

Se na questão anterior respondeste que os teus pais **estão divorciados**, como é que o tempo é dividido entre a tua mãe e o teu pai?

Como é que a separação dos teus pais é vivida por ti?

Bem Mais ou Menos Nem bem, nem mal Mal Muito Mal

E como é que a divisão do tempo entre os teus pais é vivida por ti?

Bem Mais ou Menos Nem bem, nem mal Mal Muito Mal

Consumes ou já consumiste bebidas alcoólicas? Sim Não

Se respondeste **sim** à questão anterior, com que regularidade consumes ou consumias bebidas alcoólicas?

1 vez por mês ou menos 1 ou 2 vezes por semana 1 vez por dia mais de 1 vez por dia

Desde há quanto tempo consumes bebidas alcoólicas?

Há menos de 6 meses Entre 6 meses a um ano Há mais de um ano Há mais de 2 anos

E drogas? Consumes ou já consumiste? Sim Não

Se respondeste **sim** anteriormente, que tipo de drogas consumes ou já consumiste?

Charros/Erva Cocaína Haxixe/Cannabis Heroína Outras _____

Desde há quanto tempo consomes drogas?

Há menos de 6 meses Entre 6 meses a um ano Há mais de um ano Há mais de 2 anos

Alguma vez foste testemunha de violência na tua própria casa?

Sim Não

E alguma vez foste vítima de violência na tua própria casa?

Sim Não

Se respondeste **sim** numa das questões anteriores, indica de quem foste vítima ou entre quem é que testemunhaste violência na tua casa e que tipo de violência foi (*i.e.* bater, empurrar, puxar os cabelos, insultar, humilhar, chantagear, etc.).

Desde quando é que sofres violência em casa?

Desde quando é que testemunhas violência em casa?

Com que frequência é que essas situações ocorrem?

1 vez por mês ou menos 1 ou 2 vezes por semana mais de 2 vezes por semana
 1 vez por dia todos os dias mais de 1 vez por dia

Há quanto tempo ocorreu a última situação?

Sabes se o teu pai ou a tua mãe foram alguma vez vítimas de violência?

Sim Não

Se respondeste **sim** anteriormente, de quem é que o teu pai ou a tua mãe foram vítimas de violência?

Mãe: _____

Pai: _____

Tentativas de Suicídio conhecidas? Sim Não

Família Quem? _____

Amigos Vizinhos

Figuras de Referência Quem? _____

Obrigado pela tua participação!

Se achares que precisas de falar com alguém sobre algum dos comportamentos apresentados anteriormente ou sobre outro assunto que te preocupe, podes usar os seguintes números:

SOS Voz Amiga (todos os dias das 16h às 24h)

21 354 45 45 91 280 26 69 96 352 46 60

Telefone da Amizade (todos os dias das 16h às 23h)

22 832 35 35 808 22 33 53

Hospital Santa Maria - 21 780 5000

Núcleo de Suicídio do Hospital Santa Maria (NES) - 21 780 5111